

Edição nº
4.038

Diretor Responsável:
Wilmar Souza e Silva

(33) 98851-0806

CNPJ: 17.709.734/0001-47

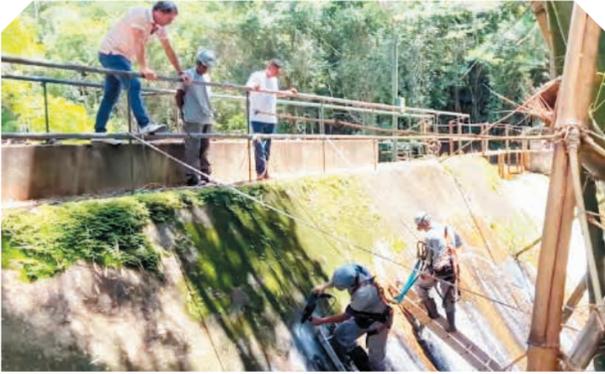
DIÁRIO

TRIBUNA

Teófilo Otoni,
segunda-feira, 28 março de 2.022



Prefeitura de Ladainha inicia reparos na represa, da antiga Usina Wenefredo Portela



A represa da antiga Usina Hidrelétrica Wenefredo Portela, além de ser um lindo cartão postal de Ladainha, é também parte integrante da história patrimonial e cultural da cidade. Essa represa que atrai turistas, ajuda o município a ser esse exemplo de natureza viva. A gestão do prefeito Reled Maikel está trabalhando com todas as forças. Realizar a recuperação da represa não é uma tarefa fácil, nem barata, mas é essencial a todos. Os impactos do descaso de anos, pode afetar a todos. “Com uma gestão de qualidade, eficiência, e que preza pelo bem estar coletivo, estamos mergulhados nessa tarefa, que trará maior segurança a todos. Reforçamos que não é um trabalho simples, mas com união, o trabalho e a competência, iremos trazer de volta uma represa segura”, disse Reled Maikel. O Engenheiro Civil Francisco Solimar, da empresa Impermeabilizar, de Belo Horizonte, especialista em recuperação e reforço estrutural, em estrutura de concreto armado, esteve na cidade de Ladainha, no dia 12 de março, pra fazer um trabalho de recuperação na represa. **Página 16**

TJMG lança a pedra fundamental do novo Fórum de Teófilo Otoni



O presidente do TJMG, desembargador Gilson Soares Lemes esteve em Teófilo Otoni na quinta-feira (24), para o lançamento da pedra fundamental do novo Fórum Desembargador Eustáquio Peixoto. “Nós viemos aqui para lançar essa pedra fundamental, exatamente para que a Comarca de Teófilo Otoni possa ter melhores condições de trabalho, de atendimento a juízes, promotores, advogados, servidores e aos jurisdicionados”, disse. **Página 2**

PM Rv e 15ª RPM: operação conjunta de prevenção à explosão de caixas eletrônicos

A Polícia Militar Roviária e a 15ª Região de Polícia Militar continuam realizando operações conjuntas para prevenção à explosão de caixas eletrônicas, crime denominado como o Novo Cangaço em toda a região de Teófilo Otoni, e tem surtido grandes resultados. **Página 14**



Bloco de

MODA

Wagner Penna

Página 13

SICOOB
Credivale

Balanço

Páginas 4 a 12

Estamos contratando **PCD**
(Pessoas com deficiência)

“**VENHA FAZER PARTE
DA NOSSA EQUIPE!**”

INDIANA DROGARIA
PERFUMARIA
MANIPULAÇÃO
Porque se é para o seu bem, a Indiana tem.

Deixe seu currículo em uma de nossas lojas ou pelo e-mail: assistenterh@farmaciaindiana.com.br

TJMG lança a pedra fundamental do novo Fórum de Teófilo Otoni

O presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, desembargador Gilson Lemes esteve em Teófilo Otoni e conduziu a solenidade



Descerramento da placa. Marco inicial da construção das novas instalações do Fórum Desembargador Eustáquio Peixoto



O Presidente do TJMG, Gilson Lemes entrega o projeto do novo Fórum ao dr. Renzo Giacomo, diretor do Foro de Teófilo Otoni



Prefeito de Ladainha, Reled Maikel com o juiz diretor do Foro de Teófilo Otoni, dr. Renzo, prestigiando a solenidade



Advogados da 28ª Subseção da OAB/MG com os juízes, dr. Renzo Giacomo e dr. Emerson Chaves Mota



Solenidade realizada no Fórum Desembargador Eustáquio Peixoto, em Teófilo Otoni



Após a solenidade, o dr. Renzo Giacomo apresentou aos participantes o terreno onde será construído o novo Fórum

O presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, desembargador Gilson Soares Lemes, esteve em Teófilo Otoni na quinta-feira (24/03), para o lançamento da pedra fundamental do novo Fórum Desembargador Eustáquio Peixoto. “Nós viemos aqui para lançar essa pedra fundamental, exatamente para que a Comarca de Teófilo Otoni possa ter melhores condições de trabalho, de atendimento a juízes, promotores, advogados, servidores e aos jurisdicionados”, disse.

Gilson Lemes destaca que desde o início da sua gestão tem implementado medidas para que novos fóruns sejam construídos. Já foram inaugurados 12 fóruns e até julho terão

mais 18 sendo inaugurados. Ele agradeceu ao atual prefeito de Teófilo Otoni, Daniel Sucupira, e ao ex-prefeito Getúlio Afonso Porto Neiva, que na sua gestão foi doado o terreno para ampliação do fórum.

Durante a solenidade foi feita apresentação do projeto: serão 05 pavimentos com 7.526 m² de área construída, espaço para 12 Varas, CEJUSC, Juizado Especial, Tribunal do Júri, setores de apoio concentrando todo atendimento jurisdicional em um só local. Terão 04 elevadores, estacionamento para 35 veículos, bicicletário com 16 vagas. Edificação acessível a pessoas com dificuldades de locomoção.

O juiz diretor do Foro de Teófilo Otoni, Renzo Giacomo Ronchi, destacou

que este dia foi histórico para a Comarca, porque a vinda do presidente do TJMG com desembargadores é realmente a demonstração do valor que Teófilo Otoni, enquanto Comarca de entrância especial na região macronordeste de Minas tem para o Tribunal de Justiça e todo o Estado de Minas Gerais. O atual prédio, inaugurado na década de 1990, que abriga as sete varas e as duas unidades jurisdicionais do Juizado Especial da comarca, ficou defasado.

O município de Ladainha faz parte da Comarca de Teófilo Otoni, e o prefeito Reled Maikel participou da solenidade. Para Reled, a construção de um novo Fórum é uma conquista não só de Teófilo Otoni, mas de todas as cidades vizinhas que

fazem parte da Comarca. “É uma conquista sonhada há vários anos, e hoje está sendo concretizada. Uma obra estimada em R\$ 34 milhões, que estará iniciando agora com a pedra fundamental, com previsão de conclusão até 2024. Ladainha, Teófilo Otoni e todas as cidades da nossa Comarca agradecem ao Poder Judiciário por essa iniciativa, por poder agraciar a região com essa obra grandiosa que tanto irá otimizar o serviço do judiciário aqui”.

Reled Maikel disse que ficou honrado com o convite para participar da solenidade. “Estamos aqui presentes e gostamos muito do que vimos. Sabemos como vai agilizar os processos, agilizar as resoluções dos problemas. E nós precisamos sempre

apoiar o Legislativo, o Judiciário o Executivo. Temos que trabalhar juntos, porque juntos somos sempre mais fortes. Estamos sempre juntos em parceria, porque essa parceria é que traz a força, e faz com que tudo aconteça com mais facilidade. É isso que estamos fazendo aqui neste momento”.

A presidente da 28ª Subseção da OAB/MG, dra. Beatriz Cicci Neves ressaltou a importância desse momento para a cidade, para os advogados, e pontua que o Fórum de Teófilo Otoni precisa de uma ampliação e reforma para melhor atender aos jurisdicionados, advogados, magistrados e servidores, membros do Ministério Público, todos que fazem parte dessa seara jurídica. “O Fórum é a casa da justiça, é a casa de quem

precisa do Poder Judiciário. Em que pese a evolução da tecnologia, o Processo Eletrônico, o Fórum sempre será a casa da justiça”.

A dra. Beatriz parabenizou o juiz diretor do Foro, dr. Renzo, frisando que ele está lutando e trabalhando para essa construção e reforma, incessantemente. “Desde a gestão passada dele como diretor do Foro, a OAB é uma parceira, trabalha junto com ele e apoia. Agradecemos também o Tribunal de Justiça, na pessoa do desembargador Gilson Lemes, que está tendo esse olhar para Teófilo Otoni”. Dentro do Fórum tem uma sala da OAB, para atender aos advogados. E no projeto do novo fórum terá uma sala um pouco maior. “A OAB não foi esquecida nesse projeto”, disse. (Fotos: Diário Tribuna)



Projeto que combate o uso de madeira ilegal pode ir a Plenário

Proposta teve parecer favorável da Comissão de Meio Ambiente, que também deu aval a PL sobre lixeiras em ônibus



Comissão de Meio Ambiente se reuniu, na quinta-feira (24), para apreciação de projetos (Foto: Luiz Santana)

Projeto de lei (PL) que pretende endurecer sanções a estabelecimentos que comercializem ou utilizem madeira proveniente de extração ilegal teve aprovado parecer de 1º turno na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), nesta quinta-feira (24/03/22).

O relator, deputado Noraldino Júnior, opinou pela aprovação do PL 956/15, do deputado Gustavo Valadares, na forma do substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). A nova redação ajusta o projeto à legislação estadual, alterando norma já vigente, “mas mantendo o escopo original”. O projeto agora pode ser apreciado em 1º turno em Plenário.

O texto altera dispositivo da Lei 6.763, de 1975, que consolida a legislação tributária do Estado. A mudança proposta estabelece que a inscrição da empresa contribuinte poderá ser suspensa ou cancelada quando

esta fizer aquisição, comercialização, distribuição, transporte ou estocagem de madeira extraída ilegalmente das florestas brasileiras.

Além disso, acrescenta que a repartição fazendária competente não concederá inscrição estadual a pessoa jurídica cujo sócio ou dirigente tiver sido condenado por furto, roubo, receptação, crimes contra a propriedade intelectual e contra a flora. Tal restrição terá validade pelo período de cinco anos, contados a partir da data em que a sentença de condenação transitar em julgado (for concluída).

Em sua justificativa, o autor do projeto diz que “encerrar imediatamente o cadastro das empresas infratoras como pessoa jurídica seria uma medida bem-vinda, pois as punições previstas pela legislação vigente, baseadas apenas em multas (na maioria das vezes de valor pequeno) e na apreensão temporária da mercadoria, têm-se revelado insuficientes para combater esse tipo de crime”.

Outro projeto que teve parecer de 1º turno aprovado nesta quinta-feira foi o PL 294/19, do deputado Arlen Santiago, que obriga as empresas permissionárias ou concessionárias do transporte intermunicipal e interestadual a instalar recipientes coletores de lixo no interior dos coletivos, acompanhados de mensagens educativas para conscientização sobre a preservação ambiental.

O relator, deputado Noraldino Júnior, opinou pela aprovação da matéria na forma do substitutivo nº 2, que apresentou. O novo texto aprimora a técnica legislativa e substitui a palavra “lixo” pela expressão “resíduo sólido”, tecnicamente mais correta e utilizada na Política Estadual de Resíduos Sólidos.

O substitutivo nº 1, que havia sido apresentado pela CCJ, revogava a Lei 15.026, de 2004, e estabelecia que os contratos de concessão de serviço de transporte intermunicipal incluirão cláusula que torne obrigatória a instalação de recipientes coletores de lixo e a reserva de espaço para a afixação de cartazes, pelo poder público, sobre pessoas desaparecidas, a importância da preservação do meio ambiente e outras mensagens de interesse público no interior de veículos de transporte coletivo intermunicipal. O texto agora segue para apreciação da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas.

Programa UAI Compartilha chega a mais cinco novos municípios

Campo Florido, Ouro Verde de Minas, Engenheiro Navarro, Cássia e Porteirinha assinaram convênio. Mais de 230 mil pessoas serão beneficiadas



O Governo de Minas expande o programa UAI Compartilha para cinco novos municípios. As cidades de Campo Florido (Triângulo), Ouro Verde de Minas (Jequitinhonha/Mucuri), Engenheiro Navarro e Porteirinha (Norte de Minas), além de Cássia (Sudoeste) aderiram à iniciativa da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (Seplag-MG) para implementação de uma central de atendimento com disponibilidade de serviços públicos, nos moldes das Unidades de Atendimento Integrado (UAIs). Mais de 230 mil pessoas serão beneficiadas com serviços como emissão de documentos, licenciamento de veículos, solicitação de seguro-desemprego, intermediação de mão de obra, entre outros.

Por meio do UAI Compartilha, a Seplag-MG fornece todas as orientações e expertise necessárias ao município para implementação e manutenção de uma central de atendimento, como sistema de funcionamento e gerenciamento de filas, além de fazer a articulação com os órgãos responsáveis pelos serviços para disponibilização de atendimento no local. O município, por outro lado, assume os custos com implantação e custeio da unidade.

“A ampliação do programa UAI Compartilha é um dos resultados dos esforços do Governo de Minas para garantir o acesso dos cidadãos aos serviços públicos. Em Porteirinha, no norte de Minas, e Cássia, no Sudoeste do estado, por exemplo, serão mais de 119 mil pessoas

beneficiadas nos municípios e cidades próximas”, reforça o subsecretário de Governança Eletrônica e Serviços da Seplag-MG, Rodrigo Diniz.

Para a especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental da Seplag-MG, Laura Reis, o principal beneficiado será o cidadão. “O modelo de atendimento das UAIs é uma oportunidade de expandir a prestação dos serviços públicos, facilitando o acesso da população mineira a eles de forma padronizada e com qualidade”, ressalta.

O UAI Compartilha foi lançado pelo Governo de Minas em 2019 e faz parte do Programa Estratégico Minas Atende. A primeira unidade do UAI Compartilha foi inaugurada em Leopoldina, na Zona da Mata, em dezembro de 2021, e a Seplag-MG possui convênios assinados com outros 16 municípios. Além disso, mais 28 cidades também já realizaram petição para adesão ao programa.

Municípios - O prefeito de Campo Florido, Renato Soares de Freitas, comemora a assinatura do convênio: “Estamos com grande expectativa para a inauguração da Unidade de Atendimento Integrado, pois sabemos que a instalação em nosso município irá trazer um novo modelo de atendimento e mais facilidade para os cidadãos campo-floridenses e, também, da região”.

Já o prefeito de Ouro Verde de Minas, Marcelo Adriano Xavier de Vasconcelos, destaca que, com uma Unidade de Atendimento Integrado, o município terá mais

autonomia para atender à população. “O programa possibilitará aos cidadãos a comodidade de usufruir de serviços essenciais sem a necessidade de deslocamento ao posto mais próximo, localizado em Teófilo Otoni”, declara. Ouro Verde de Minas possui 5.895 habitantes e a UAI irá beneficiar 24.249 pessoas. Em Engenheiro Navarro, serão cerca de 63 mil pessoas beneficiadas.

“A UAI vem para ampliar o ciclo de desenvolvimento que, claro, não será apenas da nossa cidade. Os moradores de Bocaiúva, Francisco Dumont, Joaquim Felício e Buenópolis, por exemplo, não precisarão ir até Montes Claros para realizar serviços como prova do Detran-MG, emissão de documentos e muito mais. Isso é resultado do trabalho sério de todos”, diz o prefeito de Engenheiro Navarro, Hugo Felipe de Almeida Silva.

Convênios - Os convênios de Campo Florido, Ouro Verde de Minas, Engenheiro Navarro, Cássia e Porteirinha, firmados entre fevereiro e março deste ano, têm vigência de 60 meses a partir da publicação, podendo ser prorrogados. Os municípios interessados em implantar uma central de atendimento no mesmo modelo de gestão das UAIs devem realizar o petição eletrônico, por meio do Sistema Eletrônico de Informações (Sei!MG). Outras informações estão disponíveis no Portal MG: www.mg.gov.br. (Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão - Seplag).

eSocial

ATENÇÃO

Empresários e Contadores, Segurança e Medicina do Trabalho É NA CDL TEÓFILO OTONI

- PGR
- PCMSO
- ASO
- PPP

Fale com a gente **33 3529-1000**

CDL Teófilo Otoni **Segurança e Medicina do Trabalho CDL**



COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO VALE DO MUCURI LTDA.

CNPJ: 25.387.655/0001-95

Relatório da Administração

Senhores Associados,

Submetemos à apreciação de V.S.as as Demonstrações Contábeis do exercício de 2021 da COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDIVALE LTDA - SICOOB CREDIVALE na forma da legislação em vigor.

1. Política Operacional

Em 2021 o SICOOB CREDIVALE completou 33 anos, mantendo sua vocação de instituição voltada para fomentar o crédito para seu público-alvo, os cooperados. A atuação junto aos seus cooperados se dá principalmente através da concessão de empréstimos e captação de depósitos.

2. Avaliação de Resultados

No exercício de 2021, o SICOOB CREDIVALE obteve um resultado de R\$ 8.247.519,77 representando um retorno sobre o Patrimônio Líquido de 13,11%.

3. Ativos

Os recursos depositados na Centralização Financeira somaram R\$ 161.949.468,58. Por sua vez a carteira de créditos representava R\$ 173.621.945,02.

A carteira de crédito encontrava-se assim distribuída:

Carteira Rural	48.462.901,95	27,91%
Carteira Comercial	125.159.043,07	72,09%

Os Vinte Maiores Devedores representavam na data-base de 31/12/2021 o percentual de 13,87% da carteira, no montante de R\$ 24.110.368,30.

4. Captação

As captações, no total de R\$ 280.470.573,73, apresentaram uma variação de 10,43% em relação a dezembro de 2020.

As captações encontravam-se assim distribuídas:

Depósitos à Vista	114.511.986,96	40,83%
Depósitos a Prazo	159.406.088,44	56,84%
LCA	5.128.177,63	1,83%
LCI	1.424.320,70	0,51%

Os Vinte Maiores Depositantes representavam na data-base de 31/12/2021 o percentual de 21,93% da captação, no montante de R\$ 61.741.103,37.

5. Patrimônio de Referência

O Patrimônio de Referência do SICOOB CREDIVALE era de R\$ 54.214.533,19. O quadro de associados era composto por 17.378 cooperados, havendo um acréscimo de 25,53% em relação a dezembro de 2020.

6. Política de Crédito

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do proponente tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidos a serem observados e cumpridos, cercando ainda a Singular de todas as consultas cadastrais e com análise do Associado através do "RATING" (avaliação por pontos), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

O SICOOB CREDIVALE adota a política de classificação de crédito de sua carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682/99, havendo uma concentração de 94,96% nos níveis de "AA" a "C".

7. Governança Corporativa

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, que permitem aos associados definir e assegurar a execução dos objetivos da cooperativa, garantindo a sua continuidade, os princípios cooperativistas ou, simplesmente, a adoção de boas práticas de gestão.

Nesse sentido, a administração da Cooperativa tem na assembleia geral, que é a reunião dos delegados que representam todos os associados, o poder maior de decisão.

A gestão da Cooperativa está alicerçada em papéis definidos, com clara separação de funções. Cabem ao Conselho de Administração as decisões estratégicas e à Diretoria Executiva, a gestão dos negócios da Cooperativa no seu dia a dia.

A Cooperativa possui ainda um Agente de Controles Internos, supervisionado diretamente pelo Diretor responsável pelo gerenciamento contínuo de riscos, conforme previsto na Resolução CMN 4.606/17. Essa diretoria visa acompanhar a aderência aos normativos vigentes, seja interno e/ou sistêmico (COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DE MINAS GERAIS LTDA - SICOOB CENTRAL CREDIMINAS e SICOOB CONFEDERAÇÃO), bem como aqueles oriundos da legislação vigente.

Os balanços da Cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a Cooperativa.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a Cooperativa adota ferramentas de gestão. Para exemplificar, na concessão de crédito, a Cooperativa adota o Manual de Crédito, aprovado, como muitos outros manuais, pelo SICOOB CONFEDERAÇÃO e homologado pela Central.

Além do Estatuto Social, são adotados regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regimento Interno, o Regimento do Conselho de Administração, o Regimento do Conselho Fiscal, o Regulamento Eleitoral.

A Cooperativa adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais, além de ter uma política de remuneração de seus empregados e estagiários dentro de um plano de cargos e salários que contempla a remuneração adequada, a separação de funções e o gerenciamento do desempenho de todo o seu quadro funcional.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos associados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

8. Conselho Fiscal

Eleito em Assembleia Geral Ordinária, o Conselho Fiscal tem função complementar à do Conselho de Administração. Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática os atos da administração da Cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual.

9. Código de Ética

Todos os integrantes da equipe do SICOOB CREDIVALE aderiram, por meio de compromisso firmado, ao Código de Ética e de Conduta Profissional proposto pela Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB - SICOOB CONFEDERAÇÃO e todos os novos funcionários, ao ingressar na Cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

10. Sistema de Ouvidoria

A Ouvidoria, constituída em 2007 representou um importante avanço a serviço dos cooperados, dispõe do diretor responsável pela área e de um Ouvidor. Atende às manifestações recebidas por meio do Sistema de Ouvidoria do SICOOB, composto por sistema tecnológico específico, atendimento via DDG 0800 e site na internet integrado com o sistema informatizado de ouvidoria tendo a atribuição de assegurar o cumprimento das normas relacionadas aos direitos dos usuários de nossos produtos, além de atuar como canal de comunicação com os nossos associados e integrantes das comunidades onde estamos presentes.

No exercício de 2021, a Ouvidoria do SICOOB CREDIVALE registrou 27 (vinte e sete) manifestações de cooperados sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pela Cooperativa. Dentre elas, haviam reclamações, pedidos de esclarecimento de dúvidas e solicitações de providências relacionadas principalmente a atendimento, conta corrente, cartão de crédito e operações de crédito.

Das reclamações, 10 (dez) foram consideradas procedentes e resolvidas dentro dos prazos legais, de maneira satisfatória para as partes envolvidas, em perfeito acordo com o previsto na legislação vigente.

11. Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito - FGCoop

De acordo com seu estatuto, o Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito - FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil por associado, bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições. O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou resolução que estabelece a forma de contribuição das instituições associadas ao Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), ratifica também seu estatuto e regulamento. Conforme previsto na Resolução nº 4.150, de 30.10.2012, esse fundo possui como instituições associadas todas as cooperativas singulares de crédito do Brasil e os bancos cooperativos integrantes do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC).

Conforme previsto no artigo 2º da Resolução/CMN nº 4.284, de 05/11/2013, a contribuição mensal ordinária das instituições associadas ao Fundo é de 0,0125%, dos saldos das obrigações garantidas, que abrangem as mesmas modalidades protegidas pelo Fundo Garantidor de Créditos dos bancos, o FGC, ou seja, os depósitos à vista e a prazo, as letras de crédito do agronegócio, entre outros.

As contribuições ao FGCoop pelas instituições a ele associadas tiveram início a partir do mês de março de 2014 e recolhidas no prazo estabelecido no § 4º do art. 3º da Circular 3.700, de 06/03/2014.

Ainda nos termos de seu estatuto, a governança do Fundo será exercida pela Assembleia Geral, pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva, e está estruturada de modo a permitir a efetiva representatividade das associadas, sejam elas cooperativas independentes ou filiadas a sistemas cooperativistas de crédito, sendo o direito de voto proporcional às respectivas contribuições ordinárias.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos associados pela preferência e confiança e aos empregados pela dedicação.

Teófilo Otoni-MG, 13 de fevereiro de 2022.

Conselho de Administração e Diretoria

Marcos Aurélio de Oliveira
Diretor Administrativo
Mafran Dias da Costa
Diretor de Negócios



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Conselheiros, Administradores e Associados da
Cooperativa de Crédito Credivale Ltda. - Sicoob Credivale
Teófilo Otoni - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Crédito Credivale Ltda - Sicoob Credivale ("Cooperativa") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações das sobras ou perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira Cooperativa de Crédito Credivale Ltda - Sicoob Credivale em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações contábeis da Cooperativa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório, em 03 de fevereiro de 2021, com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

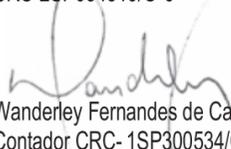
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 10 de março de 2022.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6


Wanderley Fernandes de Carvalho Neto
Contador CRC-1SP300534/O-8

COOPERATIVA DE CREDITO CREDIVALE LTDA - SICOOB CREDIVALE

SICOOB CREDIVALE
CNPJ: 25.387.655/0001-95
BALANÇO PATRIMONIAL
Em Reais

	Notas	31/12/2021	31/12/2020
ATIVO		357.130.225,62	322.952.634,32
DISPONIBILIDADES	4	4.466.024,14	8.837.246,99
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		339.929.047,33	301.856.311,11
Relações Interfinanceiras	4	161.949.468,58	213.631.882,82
Centralização Financeira		161.949.468,58	213.631.882,82
Operações de Crédito	5	173.621.945,02	85.424.920,00
Outros Ativos Financeiros	6	4.357.633,73	2.799.508,29
(-) PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO		(4.526.150,66)	(1.608.514,21)
(-) Operações de Crédito		(4.310.316,16)	(1.555.132,45)
(-) Outras		(215.834,50)	(53.381,76)
ATIVOS FISCAIS CORRENTES E DIFERIDOS	7	391.055,77	-
OUTROS ATIVOS	8	1.467.457,82	1.332.197,97
INVESTIMENTOS	9	7.760.291,11	7.226.992,15
IMOBILIZADO DE USO	10	12.231.866,12	9.310.323,30
(-) DEPRECIÇÕES E AMORTIZAÇÕES		(4.589.366,01)	(4.001.922,99)
TOTAL DO ATIVO		357.130.225,62	322.952.634,32
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		357.130.225,62	322.952.634,32
DEPÓSITOS	11	273.918.075,40	253.973.409,47
Depósitos à Vista		114.511.986,96	115.394.873,12
Depósitos à Prazo		159.406.088,44	138.578.536,35
DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS		11.201.798,38	6.473.592,31
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos	12	6.552.498,33	-
Relações Interfinanceiras	13	1.575.855,39	5.236.110,16
Repasses Interfinanceiros		1.575.855,39	5.236.110,16
Outros Passivos Financeiros	14	3.073.444,66	1.237.482,15
PROVISÕES	16	3.216.519,73	3.412.500,92
OBRIGAÇÕES FISCAIS CORRENTES E DIFERIDAS	17	1.608.094,80	613.222,49
OUTROS PASSIVOS	18	8.432.652,92	6.084.639,92
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	19	58.753.084,39	52.395.269,21
CAPITAL SOCIAL		35.609.415,77	34.764.088,03
RESERVAS DE SOBRES		21.305.835,61	15.572.470,94
SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS		1.837.833,01	2.058.710,24
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		357.130.225,62	322.952.634,32

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

COOPERATIVA DE CREDITO CREDIVALE LTDA - SICOOB CREDIVALE

SICOOB CREDIVALE
CNPJ: 25.387.655/0001-95
DEMONSTRAÇÃO DAS SOBRES OU PERDAS
Em Reais

	Notas	2º Sem. 2021	31/12/2021	31/12/2020
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		17.799.053,28	29.326.593,90	19.837.101,65
Operações de Crédito	21	12.553.988,17	21.483.578,57	14.840.533,27
Ingressos de Depósitos Intercooperativos		5.245.065,11	7.843.015,33	4.996.568,38
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	22	(7.993.157,32)	(10.750.858,69)	(4.665.364,34)
Operações de Captação no Mercado		(5.108.371,70)	(7.133.457,82)	(3.505.423,37)
Operações de Empréstimos e Repasses		(32.821,75)	(142.313,52)	(442.912,07)
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		(2.451.963,87)	(3.470.087,35)	(657.028,90)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		10.205.895,96	18.575.735,21	15.171.737,31
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS		(4.712.280,17)	(9.082.237,60)	(9.518.878,47)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	23	3.706.485,98	7.340.463,14	5.987.026,01
Rendas de Tarifas	24	2.911.563,93	5.645.575,09	4.967.481,95
Dispêndios e Despesas de Pessoal	25	(6.618.741,93)	(13.342.413,58)	(12.051.140,73)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	26	(5.483.597,38)	(10.651.626,73)	(9.749.453,72)
Dispêndios e Despesas Tributárias		(274.559,70)	(572.713,43)	(479.257,57)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais	27	1.833.714,01	3.764.519,40	2.583.699,28
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais	28	(789.145,08)	(1.266.041,49)	(777.223,69)
PROVISÕES	29	(164.983,60)	(265.434,82)	(679.688,22)
Provisões/Reversões para Contingências		(72.374,78)	(122.692,91)	(684.688,83)
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas		(92.608,82)	(142.741,91)	5.001,61
RESULTADO OPERACIONAL		5.328.622,19	9.228.072,79	4.973.170,62
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS	30	116.019,38	104.454,85	86.964,05
Lucros em Transações com Valores e Bens		100.000,00	100.000,00	51.440,02
Ganhos de Capital		22.684,39	38.540,13	62.762,59
Outras Rendas Não Operacionais		-	-	476,33
(-) Perdas de Capital		(2.751,58)	(23.968,43)	(22.619,24)
(-) Despesas de Provisão Não Operacionais		-	(39,02)	-
(-) Outras Despesas Não Operacionais		(3.913,43)	(10.077,83)	(5.095,65)
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES		5.444.641,57	9.332.527,64	5.060.134,67
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(666.753,25)	(1.085.007,87)	(600.714,18)
Imposto de Renda Sobre Alts Não Cooperados		(359.858,93)	(617.925,13)	(368.261,16)
Contribuição Social Sobre Alts Não Cooperados		(306.894,32)	(467.082,74)	(232.453,02)
PARTICIPAÇÕES NAS SOBRES		-	-	(342.000,00)
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES		4.777.888,32	8.247.519,77	4.117.420,49

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

COOPERATIVA DE CREDITO CREDIVALE LTDA - SICOOB CREDIVALE

SICOOB CREDIVALE
CNPJ: 25.387.655/0001-95
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
Em Reais

	Notas	2º Sem. 2021	31/12/2021	31/12/2020
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO CAPITAL		4.777.888,32	8.247.519,77	4.117.420,49
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES		-	-	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE		4.777.888,32	8.247.519,77	4.117.420,49

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

COOPERATIVA DE CREDITO CREDIVALE LTDA - SICOOB CREDIVALE

SICOOB CREDIVALE
CNPJ: 25.387.655/0001-95
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Em Reais

	Notas	CAPITAL SUBSCRITO	CAPITAL A REALIZAR	RESERVA LEGAL	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	TOTAIS
Saldo em 31/12/2019		33.717.795,17	(208.370,50)	13.925.602,74	2.828.062,36	50.262.989,77
Destinações das Sobras do Exercício Anterior:						
Distribuição de sobras para associados		2.812.837,27	0,00	0,00	(2.828.062,36)	(15.225,09)
Movimentação de Capital:						
Por Subscrição/Realização		951.080,92	(37.392,94)	0,00	0,00	913.687,98
Por Devolução (-)		(2.469.441,24)	0,00	0,00	0,00	(2.469.441,24)
Estorno de Capital		(2.420,65)	0,00	0,00	0,00	(2.420,65)
Sobras ou Perdas do Período		0,00	0,00	0,00	4.117.420,49	4.117.420,49
Destinações das Sobras do Período:						
Fundo de Reserva		0,00	0,00	1.646.968,20	(1.646.968,20)	0,00
FATES - Alts Cooperativos		0,00	0,00	0,00	(411.742,05)	(411.742,05)
Saldo em 31/12/2020		35.009.851,47	(245.763,44)	15.572.470,94	2.058.710,24	52.395.269,21
Saldo em 31/12/2020		35.009.851,47	(245.763,44)	15.572.470,94	2.058.710,24	52.395.269,21
Destinações das Sobras do Exercício Anterior:						
Outras Destinações das Sobras do Exercício Anterior		0,00	0,00	0,00	(102.935,51)	(102.935,51)
Distribuição de sobras para associados		1.941.601,76	0,00	0,00	(1.955.774,73)	(14.172,97)
Movimentação de Capital:						
Por Subscrição/Realização		1.883.348,11	31.831,70	0,00	0,00	1.915.179,81
Por Devolução (-)		(3.011.453,83)	0,00	0,00	0,00	(3.011.453,83)
Reversões de Fundos		0,00	0,00	0,00	199.728,82	199.728,82
Sobras ou Perdas do Período		0,00	0,00	0,00	8.247.519,77	8.247.519,77
Destinações das Sobras do Período:						
Fundo de Reserva		0,00	0,00	5.733.364,67	(5.733.364,67)	0,00
FATES - Alts Cooperativos		0,00	0,00	0,00	(819.052,10)	(819.052,10)
FATES - Alts Não Cooperativos		0,00	0,00	0,00	(56.998,81)	(56.998,81)
Saldo em 31/12/2021		35.823.347,61	(213.931,74)	21.305.835,61	1.837.833,01	58.753.084,39
Saldo em 30/06/2021		36.364.500,63	(223.970,79)	15.572.470,94	3.469.631,45	55.182.632,23
Movimentação de Capital:						
Por Subscrição/Realização		577.220,92	10.039,01	0,00	0,00	587.259,93
Por Devolução (-)		(1.118.374,04)	0,00	0,00	0,00	(1.118.374,04)
Reversões de Fundos		0,00	0,00	0,00	199.728,82	199.728,82
Sobras ou Perdas do Período		0,00	0,00	0,00	4.777.888,32	4.777.888,32
Destinações das Sobras do Período:						
Fundo de Reserva		0,00	0,00	5.733.364,67	(5.733.364,67)	0,00
FATES - Alts Cooperativos		0,00	0,00	0,00	(819.052,10)	(819.052,10)
FATES - Alts Não Cooperativos		0,00	0,00	0,00	(56.998,81)	(56.998,81)
Saldo em 31/12/2021		35.823.347,61	(213.931,74)	21.305.835,61	1.837.833,01	58.753.084,39

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDIVALE LTDA - SICOOB CREDIVALE

SICOOB CREDIVALE
CNPJ: 25.387.855/0001-85
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
Em Reais

Notas	2º Sem. 2021	31/12/2021	31/12/2020
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES			
Juros sobre o Capital Próprio Recebidos	5.444.641,57	9.332.627,64	5.060.134,67
Distribuição de Sobras e Dividendos	(267.714,01)	(267.714,01)	(184.817,59)
Provisões/Reversões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	2.451.963,87	3.470.087,35	657.028,90
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas	92.618,82	142.731,91	(5.001,61)
Provisões/Reversões Não Operacionais	-	39,02	-
Provisões/Reversões para Contingências	72.374,78	122.692,91	684.689,83
Atualização de Depósitos em Garantia	(42.211,21)	(58.730,74)	(31.933,63)
Depreciações e Amortizações	283.740,89	611.901,49	571.281,82
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES AJUSTADO	8.035.414,71	13.038.940,25	6.461.915,36
Aumento (redução) em ativos operacionais			
Relações Interfinanceiras	6.733,52	-	-
Operações de Crédito	(48.760.749,05)	(88.653.606,44)	(27.505.014,14)
Outros Ativos Financeiros	(848.159,54)	(1.595.264,18)	631.744,84
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos	(228.069,91)	(391.056,77)	3.950,82
Outros Ativos	536.466,93	(135.298,87)	231.857,66
Aumento (redução) em passivos operacionais			
Depósitos à Vista	1.674.677,38	(882.886,16)	55.727.493,75
Depósitos à Prazo	10.022.069,54	20.827.552,09	22.863.197,26
Recursos de Aceleração e Emissão de Títulos	3.355.597,97	8.352.498,33	-
Relações Interfinanceiras	(328.975,51)	(3.660.254,77)	(2.177.578,89)
Outros Passivos Financeiros	1.966.554,58	1.835.962,51	211.686,06
Provisões	(459.153,78)	(461.406,01)	(30.055,52)
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas	770.048,11	994.872,31	67.571,33
Outros Passivos	562.469,04	2.348.013,00	1.469.588,24
FATES - Alts Cooperativos	(819.052,10)	(819.052,10)	(411.742,05)
FATES - Alts Não Cooperativos	(56.998,81)	(56.998,81)	-
Outras Destinações	-	(102.935,51)	-
Imposto de Renda	(359.858,93)	(617.925,13)	(368.261,16)
Contribuição Social	(306.894,32)	(467.082,74)	(232.453,02)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES OPERACIONAIS	(25.207.879,87)	(62.248.928,00)	56.743.940,34
Atividades de Investimentos			
Distribuição de Dividendos	-	9.598,76	27.037,64
Distribuição de Sobras da Central	-	304.996,56	262.429,39
Juros sobre o Capital Próprio Recebidos	267.714,01	267.714,01	184.817,59
Aquisição de Imobilizado de Uso	(2.343.688,39)	(2.946.001,29)	(592.456,30)
Aquisição de Investimentos	(309.542,92)	(533.290,96)	(299.378,41)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM INVESTIMENTOS	(2.385.517,39)	(2.896.990,92)	(417.549,99)
Atividades de Financiamentos			
Aumento por novos aportes de Capital	587.259,93	1.915.179,81	913.687,98
Devolução de Capital à Cooperados	(1.118.374,04)	(3.011.453,83)	(2.469.441,24)
Estorno de Capital	-	-	(2.420,65)
Distribuição de sobras para associados	-	(14.172,97)	(15.225,09)
Reversões de Fundos	199.728,82	199.728,82	-
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM FINANCIAMENTOS	(331.385,29)	(910.718,17)	(1.573.399,00)
AUMENTO / REDUÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(27.924.782,46)	(66.053.637,09)	54.752.993,25
Modificações Líquidas de Caixa e Equivalentes de Caixa			
Caixa e Equivalentes de Caixa No Início do Período	194.340.275,18	222.469.129,81	167.716.136,56
Caixa e Equivalentes de Caixa No Fim do Período	166.415.492,72	166.415.492,72	222.469.129,81
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	(27.924.782,46)	(66.053.637,09)	54.752.993,25

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDIVALE LTDA - SICOOB CREDIVALE

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

1. Contexto Operacional

A COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDIVALE LTDA - SICOOB CREDIVALE é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 09/05/1988, filiada à COOPERATIVA CENTRAL CRÉDITO DE MINAS GERAIS LTDA - SICOOB CENTRAL CREDIMINAS e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB - SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo e institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O SICOOB CREDIVALE, sediado à RUA ANTÔNIO ALVES BENJAMIN, Nº 241, CENTRO, TEÓFILO OTONI - MG, possui além da agência matriz, 24 Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: TEÓFILO OTONI - MG, ATALEIA - MG, NOVO ORIENTE DE MINAS - MG, POTÉ - MG, CARAI - MG, MALACACHETA - MG, NOVO CRUZEIRO - MG, PADRE PARAÍSO - MG, CATUJI - MG, ITAIPÉ - MG, PONTO DOS VOLANTES - MG, ARAÇUAÍ - MG, ALMENARA - MG, JORDÂNIA - MG, BANDEIRA - MG, RIO DO PRADO - MG, JEQUITINHONHA - MG, ITAQBIM - MG, SANTA MARIA DO SALTO - MG, SANTO ANTÔNIO DO JACINTO - MG, JOAÍMA - MG, FELISBURGO - MG.

O SICOOB CREDIVALE tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente aquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, e sua aprovação foi realizada pela Administração em 13/02/2022.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais são aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

2.1 Mudanças nas Políticas Contábeis e Divulgação

a) Mudanças em vigor

O Banco Central emitiu a Resolução CMN nº 4.818 de 29 de maio de 2020 e a Resolução BCB nº 2 de 12 de agosto de 2020, as quais apresentam as premissas para elaboração das demonstrações financeiras obrigatórias e os procedimentos mínimos a serem observados.

As principais alterações em decorrência destes normativos:

i) no Balanço Patrimonial, as contas estão dispostas baseadas na liquidez e na exigibilidade. A abertura de segregação entre circulante e não circulante está sendo divulgada apenas nas respectivas notas explicativas, como já adotado nas demonstrações contábeis de junho de 2021. Adoção de novas nomenclaturas e agrupamentos de itens patrimoniais, tais como: ativos financeiros, provisão para perdas associadas ao risco de crédito, passivos financeiros, ativos e passivos fiscais e provisões;

ii) na Demonstração de Sobras ou Perdas a alteração consiste na apresentação de novas nomenclaturas das provisões para perdas associadas ao risco de crédito e destaque para as despesas de provisões;

iii) os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício anterior;

iv) readequação da estrutura das notas explicativas em função da adoção de novas nomenclaturas e agrupamentos dos itens patrimoniais.

b) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros

Apresentamos abaixo um resumo sobre as novas normas que foram recentemente emitidas pelos órgãos reguladores, ainda a serem adotadas pela Cooperativa:

Resolução CMN nº 4.817, de 29 de maio de 2020. A norma estabelece os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis, pelas instituições financeiras, de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto, no Brasil e no exterior, inclusive operações de aquisição de participações, no caso de investidas no exterior, estabelece critérios de variação cambial; avaliação pelo método da equivalência patrimonial; investimentos mantidos para venda; e operações de incorporação, fusão e cisão. Essa Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

Resolução BCB nº 33, de 29 de outubro de 2020. A norma dispõe sobre os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto mantidos pelas administradoras de consórcio e pelas instituições de pagamento e os procedimentos para a divulgação em notas explicativas de informações relacionadas a esses investimentos pelas instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Essa Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

Resolução CMN nº 4.872, de 27 de novembro de 2020. A norma dispõe sobre os critérios gerais para o registro contábil do patrimônio líquido das instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Essa Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

Resolução BCB nº 92, de 6 de maio de 2021. A norma dispõe sobre a estrutura do elenco de contas Cosif a ser observado pelas instituições financeiras e demais instituições a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Essa Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

Resolução CMN nº 4.924, de 24 de junho de 2021. A norma dispõe sobre princípios gerais para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidenciação contábeis pelas instituições financeiras e demais instituições a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Os Pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis abrangidos nessa norma são: CPC 00 - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro; CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos; CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro; CPC 46 - Mensuração do Valor Justo; CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. Essa Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

Resolução CMN nº 4.966, de 25 de novembro de 2021. A norma dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Entram em vigor em 1º de janeiro de 2022: a mensuração dos investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto avaliados pelo método de equivalência patrimonial destinados a venda; o prazo para remeter ao Banco Central do Brasil o plano de contas para implementação desse normativo, além da sua aprovação e divulgação; a divulgação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo o Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif) e das demonstrações no padrão contábil internacional. Quanto aos demais dispositivos, entram em vigor em 1º de janeiro de 2025.

A Cooperativa iniciou a avaliação dos impactos da adoção dos novos normativos. Eventuais impactos decorrentes da conclusão da avaliação serão considerados até a data de vigência de cada normativo.

2.2 Continuidade dos Negócios e Efeitos da Pandemia de COVID-19 "Novo Coronavírus"

A Administração avaliou a capacidade de a Cooperativa continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios no futuro.

Mesmo com ineditismo da situação, tendo em vista a experiência da Cooperativa no gerenciamento e monitoramento de riscos, capital e liquidez, com auxílio das estruturas centralizadas do Sicoob, bem como as informações existentes no momento dessa avaliação, não foram identificados indícios de quaisquer eventos que possam interromper suas operações em um futuro previsível. A COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDIVALE LTDA - SICOOB CREDIVALE junto a seus associados, empregados e a comunidade estão contribuindo para evitar a propagação do Novo Coronavírus, seguindo as recomendações e orientações do Ministério da Saúde, e adotando alternativas que auxiliam no cumprimento da nossa missão.

3. Resumo das Principais Práticas Contábeis

a) Apuração do Resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou cooperativas entre si, para cumprimentos de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Estimativas Contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Composto pelas disponibilidades, pela Centralização Financeira mantida na Central e por aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias a contar da data de aquisição.

d) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

e) Títulos e Valores Mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

f) Relações Interfinanceiras – Centralização Financeira

Os recursos captados pela cooperativa que não tenham sido aplicados em suas atividades são concentrados por meio de transferências interfinanceiras para a cooperativa central, e utilizados pela cooperativa central para aplicação financeira. De acordo com a Lei nº 5.764/71, essas ações são definidas como atos cooperativos.

g) Operações de Crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "pro rata temporis", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

h) Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

i) Depósitos em Garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

j) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do SICOOB CENTRAL CREDIMINAS e ações do BANCO SICOOB, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

k) Imobilizado de Uso

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos e benfeitorias em imóveis de terceiros são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzidos da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

l) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade, deduzidos da amortização acumulada. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

m) Ativos Contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

n) Obrigações por Empréstimos e Repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis"), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

o) Depósitos e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base pro rata die.

p) Outros Ativos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço.

q) Outros Passivos

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

r) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

s) Provisões para Demandas Judiciais e Passivos Contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

t) Obrigações Legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

u) Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro tem incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do Art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018). Entretanto, o resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação, sendo essa expressamente prevista no caput do art. 193 do mesmo Decreto.

v) Segregação em Circulante e Não Circulante

No Balanço Patrimonial, os ativos e passivos são apresentados por ordem de liquidez. Em Notas Explicativas, os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

w) Valor Recuperável de Ativos – Impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (impairment) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "impairment", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em 31 de dezembro de 2021 não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

x) Resultados Recorrentes e Não Recorrentes

Conforme definido pela Resolução BCB nº 2/2020, os resultados recorrentes são aqueles que estão relacionados com as atividades características da Cooperativa ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto os resultados não recorrentes são aqueles decorrente de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com tendência de não se repetir no futuro.

y) Eventos Subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e

- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

4. Caixa e Equivalente de Caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e depósitos bancários	4.466.024,14	8.837.246,99
Relações interfinanceiras - centralização financeira (a)	161.949.468,58	213.631.882,82
TOTAL	166.415.492,72	222.469.129,81

(a) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao SICOOB CENTRAL CREDIMINAS conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/15, cujos rendimentos auferidos nos períodos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 foram de:

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Rendimentos da Centralização Financeira	5.245.065,11	7.843.015,33	4.996.568,38

5. Operações de Crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Descrição	31/12/2021			31/12/2020		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Empréstimos e Títulos	61.650.879,34	34.570.818,17	96.221.697,51	35.445.909,65	18.772.220,59	54.218.130,24
Descartados	-	-	-	-	-	-
Financiamentos	8.528.007,77	20.409.337,79	28.937.345,56	3.161.164,31	8.841.803,82	12.002.968,13
Financiamentos Rurais	18.073.391,57	30.389.510,38	48.462.901,95	7.670.921,61	11.532.900,02	19.203.821,63
Total de Operações de Crédito	88.252.278,68	85.369.666,34	173.621.945,02	46.277.995,57	39.146.924,43	85.424.920,00
(-) Provisões para Operações de Crédito	(2.500.664,08)	(1.809.652,08)	(4.310.316,16)	(927.194,91)	(627.937,54)	(1.555.132,45)
TOTAL	85.751.614,60	83.560.014,26	169.311.628,86	45.350.800,66	38.518.986,89	83.869.787,55

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Empréstimo / TD	Financiamentos	Financiamentos Rurais	Total em 31/12/2021	Provisões 31/12/2021	Total em 31/12/2020	Provisões 31/12/2020
A - Normal	10.375.424,28	2.259.698,13	8.367.664,64	21.002.787,05	-	7.177.703,43	-
A 0,5% Normal	28.620.249,06	10.784.244,49	20.443.574,92	59.848.068,47	(299.240,34)	34.468.685,04	(172.343,43)
B 1% Normal	33.589.171,66	9.855.676,50	14.337.852,20	57.782.700,36	(577.827,00)	28.499.104,21	(284.991,04)
B 1% Vencidas	41.115,46	0,00	0,00	41.115,46	(411,15)	7.247,54	(72,48)
C 3% Normal	16.395.869,30	5.138.543,48	4.316.965,13	25.851.377,91	(775.541,34)	13.326.306,53	(399.789,20)

		Vencidas							
C	3%	295.577,45	0,00	48.579,38	344.156,83	(10.324,70)	36.082,04	(1.082,46)	
D	10%	4.099.244,23	700.793,08	890.234,53	5.690.271,84	(569.027,61)	897.284,59	(89.728,39)	
D	10%	186.904,82	66.114,87	0,00	253.019,69	(25.301,97)	109.865,89	(10.986,59)	
E	30%	509.442,66	80.727,97	0,00	590.170,63	(177.051,19)	246.739,64	(74.021,89)	
E	30%	163.594,74	0,00	0,00	163.594,74	(49.078,42)	96.298,27	(28.889,48)	
F	50%	38.824,89	0,00	0,00	38.824,89	(19.412,45)	62.209,88	(31.104,94)	
F	50%	210.566,33	0,00	0,00	210.566,33	(105.283,17)	40.923,75	(20.461,88)	
G	70%	265.294,43	0,00	0,00	265.294,43	(185.706,10)	6.071,99	(4.250,39)	
G	70%	79.618,89	0,00	0,00	79.618,89	(55.733,22)	43.289,74	(30.302,82)	
H	100%	504.495,17	8.345,57	58.031,15	570.871,89	(570.871,89)	290.095,06	(290.095,06)	
H	100%	846.304,14	43.201,47	0,00	889.505,61	(889.505,61)	117.012,40	(117.012,40)	
Total Normal		94.398.015,68	28.828.029,22	48.414.322,57	171.640.367,47	(3.174.677,92)	84.974.200,37	(1.346.324,34)	
Total Vencidos		1.823.681,83	109.316,34	48.579,38	1.981.577,55	(1.135.638,24)	450.719,63	(208.808,11)	
Total Geral		96.221.697,51	28.937.345,56	48.462.901,95	173.621.945,02	(4.310.316,16)	85.424.920,00	(1.555.132,45)	
Provisões		(3.327.608,36)	(459.090,34)	(523.617,46)	(4.310.316,16)		(1.555.132,45)		
Total Líquido		92.894.089,15	28.478.255,22	47.939.284,49	169.311.628,86		83.869.787,55		

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento (em dias):

Tipo	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Empréstimos e Títulos Descontados	33.406.477,83	28.244.401,51	34.570.818,17	96.221.697,51
Financiamentos	2.151.209,84	6.376.797,93	20.409.337,79	28.937.345,56
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	4.404.145,34	13.669.246,23	30.389.510,38	48.462.901,95
TOTAL	39.961.833,01	48.290.445,67	85.369.666,34	173.621.945,02

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Empréstimos/TD	Financiamento	Financiamento Rurais	31/12/2021	% da Carteira
Setor Privado - Comércio	25.998.934,62	6.963.447,54	0,00	32.962.382,16	18,99%
Setor Privado - Indústria	549.398,95	177.977,91	0,00	727.376,86	0,42%
Setor Privado - Serviços	33.483.312,92	8.052.025,05	0,00	41.535.337,97	23,92%
Pessoa Física	35.042.949,63	13.657.124,37	48.462.901,95	97.162.975,95	55,96%
Outros	1.147.101,39	86.770,69	0,00	1.233.872,08	0,71%
TOTAL	96.221.697,51	28.937.345,56	48.462.901,95	173.621.945,02	100,00%

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	1.555.132,45	1.471.558,03
Constituições/Reversões no período	3.211.766,13	600.036,49
Transferência para prejuízo no período	(456.582,42)	(516.462,07)
Saldo Final	4.310.316,16	1.555.132,45

f) Concentração dos principais devedores:

Descrição	31/12/2021	% Carteira Total	31/12/2020	% Carteira Total
Maior Devedor	2.654.945,96	1,53%	1.894.751,79	2,21%
10 Maiores Devedores	16.319.348,66	9,37%	8.154.608,25	9,51%
50 Maiores Devedores	39.047.582,60	22,43%	22.217.117,95	25,91%

g) Movimentação de créditos baixados como prejuízo:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	3.803.355,55	3.606.986,39
Valor das operações transferidas no período	530.978,28	587.579,60
Valor das operações recuperadas no período	(125.352,03)	(324.750,99)
Valor das operações renegociadas no período	(44.227,97)	(52.597,01)
Valor dos descontos concedidos nas operações recuperadas	(14.108,60)	(13.862,44)
Saldo Final	4.150.645,23	3.803.355,55

A recuperação de créditos anteriormente baixados contra a provisão de perdas foi registrada em contrapartida de "Receitas de Operações de Crédito".

6. Outros Ativos Financeiros

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os outros ativos financeiros, compostos por valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Creditos por Avais e Fianças Honrados (a)	302.098,06	0,00	78.039,10	0,00
Rendas a Receber (b)	1.503.146,95	0,00	347.744,10	0,00
Títulos e Créditos a Receber (c)	230.488,88	0,00	173.942,14	0,00
Devedores por Depósitos em Garantia (d)	50.892,32	2.271.007,52	0,00	2.199.782,95
TOTAL	2.086.626,21	2.271.007,52	599.725,34	2.199.782,95

(a) O saldo de Avais e Fianças Honrados é composto, substancialmente, por operações oriundas de cartões de crédito vencidas de associados da cooperativa cedidos pelo BANCO SICOOB, em virtude de coobrigação contratual;

(b) Em Rendas a Receber estão registrados: Rendas de Convênios (R\$ 21.344,02), Rendas de Cartões (R\$ 170.754,09) Rendas da Centralização Financeira a Receber da Cooperativa Central (R\$ 1.228.432,74) e outros (R\$ 82.616,10);

(c) Em Títulos e Créditos a Receber estão registrados: Valores a Receber de Tarifas (R\$ 230.488,88);

(d) Em Devedores por Depósitos em Garantia estão registrados os depósitos judiciais para: Pis Folha (R\$ 908.168,14), Cofins (R\$ 1.376.789,03) e outros (R\$ 36.942,67).

6.1 Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito Relativas a Outros Ativos Financeiros

A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

(a) Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito relativas a Outros Ativos Financeiros, segregadas em Circulante e Não Circulante:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Provisões para Avais e Fianças Honrados	(215.834,50)	0,00	(53.381,76)	0,00
TOTAL	(215.834,50)	0,00	(53.381,76)	0,00

(b) Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito relativas a Outros Ativos Financeiros, por tipo de operação e classificação de nível de risco:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Outros Créditos	Avais e Fianças Honrados	Total em 31/12/2021	Provisões 31/12/2021	Total em 31/12/2020	Provisões 31/12/2020
E 30% Vencidas	0,00	79.361,78	79.361,78	(23.808,53)	24.239,18	(7.271,75)
F 50% Vencidas	0,00	51.579,32	51.579,32	(25.789,66)	12.759,48	(6.379,74)
G 70% Normal	0,00	0,00	0,00	0,00	23,14	(16,20)
G 70% Vencidas	0,00	14.882,09	14.882,09	(10.417,46)	1.072,54	(750,78)
H 100% Vencidas	0,00	155.623,27	155.623,27	(155.623,27)	38.542,60	(38.542,60)
Total Normal	0,00	651,60	651,60	(195,58)	1.425,30	(436,89)
Total Vencidos	0,00	301.446,46	301.446,46	(215.638,92)	76.613,80	(52.944,87)
Total Geral	0,00	302.098,06	302.098,06	(215.834,50)	78.039,10	(53.381,76)
Provisões	0,00	(215.834,50)	(215.834,50)		(53.381,76)	
Total Líquido	0,00	86.263,56	86.263,56		24.657,38	

7. Ativos Fiscais, Correntes e Diferidos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os ativos fiscais, correntes e diferidos estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Impostos e Contribuições a Compensar	391.055,77	0,00	0,00	0,00
TOTAL	391.055,77	0,00	0,00	0,00

8. Outros Ativos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os outros ativos estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Adiantamentos e Antecipações Salariais	115.353,43	0,00	38.672,72	0,00
Adiantamentos para Pagamentos de Nossa Conta	176.033,23	0,00	120.369,10	0,00
Adiantamentos por Conta de Imobilizações	27.900,28	0,00	0,00	0,00
Devedores Diversos - País (a)	115.817,52	0,00	86.564,34	0,00
Ativos não Financ. Mantidos para Venda	0,00	0,00	997.020,89	0,00
Ativos não Financ. Mantidos para Venda - Recebidos (b)	877.020,89	0,00	0,00	0,00
Despesas Antecipadas (c)	195.868,21	0,00	108.633,04	0,00
Provisão para outros Créditos sem característica de Crédito	(40.535,74)	0,00	(19.062,12)	0,00
TOTAL	1.467.457,82	0,00	1.332.197,97	0,00

(a) Em Devedores Diversos estão registrados os saldos relativos a Pendências a Regularizar (R\$ R\$ 60.624,88), Plano de Saúde a Receber (R\$ 47.059,78), Pendências a Regularizar - BANCO SICOOB (R\$ 3.552,40) e outros (R\$ 4.580,46);

(b) Em Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda - Recebidos estão registrados os bens recebidos como dação em pagamento de dívidas, não estando sujeitos a depreciação ou correção. Até o ano 2020 esses bens eram registrados na rubrica Bens Não de Uso Próprio e foram reclassificados, em 2021, por força da Carta Circular BCB nº 3.994/2019.

(c) Registram-se ainda, no grupo, as despesas antecipadas referentes aos prêmios de seguros, contribuição cooperativista, IPTU.

9. Investimentos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os investimentos estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Participação em Cooperativa Central De Crédito (a)	7.434.654,99	6.952.782,58
Partic. Em Inst. Financ. Controlada Por Coop. Crédito	325.636,12	274.209,57
TOTAL	7.760.291,11	7.226.992,15

(a) O saldo é representado, substancialmente, por quotas do SICOOB CENTRAL CREDIMINAS e ações do BANCO COOPERATIVO SICOOB S.A. - BANCO SICOOB.

10. Imobilizado de Uso

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, imobilizado de uso estava assim composto:

Descrição	Taxa Depreciação	31/12/2021	31/12/2020
Imobilizado em Curso (a)		2.065.577,80	359.337,37
Terrenos		875.389,60	875.389,60
Edificações	4%	3.360.141,75	3.312.591,73
Instalações	10%	515.323,82	480.272,22
Móveis e equipamentos de Uso	10%	1.818.410,13	1.103.897,70
Sistema de Comunicação	20%	820,00	0,00
Sistema de Processamento de Dados	20%	2.217.949,06	2.099.331,55
Sistema de Segurança	10%	874.176,83	852.546,98
Sistema de Transporte	20%	272.724,93	215.560,90
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros		231.352,20	11.395,25
Total de Imobilizado de Uso		12.231.866,12	9.310.323,30
(-) Depreciação Acum. Imóveis de Uso - Edificações		(1.109.052,31)	(975.280,91)
(-) Depreciação Acumulada de Instalações		(219.842,20)	(177.892,36)
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso		(3.036.163,43)	(2.649.472,02)
(-) Depreciação Acum. Veículos		(219.305,97)	(198.755,74)
(-) Depreciação Benfeitorias em Imóveis de Terceiros		(5.002,10)	(521,96)
Total de Depreciação de Imobilizado de Uso		(4.589.366,01)	(4.001.922,99)
TOTAL		7.642.500,11	5.308.400,31

(a) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passaram a ser depreciadas.

11. Depósitos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os depósitos estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Depósito à Vista (a)	114.511.986,96	0,00	115.394.873,12	0,00
Depósito a Prazo (b)	159.406.088,44	0,00	138.578.536,35	0,00
TOTAL	273.918.075,40	0,00	253.973.409,47	0,00

(a) Valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade, não havendo perdas ao depositante quando ocorre resgate antecipado das operações.

base no prazo final das operações, ajustadas, na data da demonstração financeira, pelas despesas a apropriar registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Os depósitos mantidos na Cooperativa estão garantidos, até o limite de R\$ 250.000,00 por CPF ou CNPJ, com exceção de contas conjuntas tem seu valor dividido pelo número de titulares, pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), que é uma reserva financeira constituída pelas cooperativas de crédito, regida pelo Banco Central do Brasil, conforme determinação da Resolução CMN nº 4.933/21. O registro do FGCoop, conforme regulamentado, passa a ser em "Dispêndios de captação no mercado".

c) Concentração dos principais depositantes:

Descrição	31/12/2021	% Carteira Total	31/12/2020	% Carteira Total
Maior Depositante	9.838.961,74	3,49%	9.133.762,62	3,59%
10 Maiores Depositantes	44.773.657,99	15,90%	36.328.510,88	14,28%
50 Maiores Depositantes	88.405.826,54	31,40%	73.987.567,25	29,09%

d) Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Despesas de Depósitos a Prazo	(4.785.117,76)	(6.591.614,85)	(3.257.247,10)
Despesas de Letras de Crédito do Agronegócio	(84.026,58)	(104.689,03)	0,00
Despesas De Letras De Crédito do Imobiliário	(31.549,97)	(34.760,94)	0,00
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(207.677,39)	(402.393,00)	(308.176,27)
TOTAL	(5.108.371,70)	(7.133.457,82)	(3.565.423,37)

12. Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Referem-se a Letras de Crédito do Agronegócio – LCA que conferem direito de penhor sobre os direitos creditórios do agronegócio a elas vinculados (Lei nº 11.076/04) e a Letras de Crédito Imobiliário – LCI, lastreada por créditos imobiliários garantidos por hipoteca ou por alienação fiduciária de coisa imóvel conforme (Lei nº 10.931/04). Em **31 de dezembro de 2021 e 2020**, estavam assim compostas: *(se aplicável)*

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Obrigações por Emissão de Letras de Créd. Imobiliário - LCI	1.424.320,70	0,00	0,00	0,00
Obrigações por Emissão de Letras de Créd. do Agronegócio - LCA	263.753,51	4.864.424,12	0,00	0,00
TOTAL	1.688.074,21	4.864.424,12	0,00	0,00

São remunerados por encargos financeiros calculados com base em percentual do CDI - Certificado de Depósitos Interbancários. Os valores apropriados em despesas podem ser consultados na nota explicativa nº 11 - Depósitos - Despesas com operações de captação de mercado.

13. Repasses Interfinanceiros

São demonstrados pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

a) Repasses Interfinanceiros:

Instituições	Taxa	Vencimento	31/12/2021		31/12/2020	
			Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Recursos do Bancoob	3,0 a 8,0% a.a	12/2023	59.583,98	1.677.920,24	4.848.809,55	611.954,89
(-) Despesas a Apropriar Bancoob			(3.872,62)	(157.776,21)	(137.522,89)	(87.131,39)
TOTAL			55.711,36	1.520.144,03	4.711.286,66	524.823,50

b) Despesas de Repasses Interfinanceiros:

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Banco Cooperativo Sicoob S.A. - Banco Sicoob	(32.821,75)	(32.821,75)	(179.580,42)
Outras Instituições	0,00	(114.491,77)	(263.331,65)
TOTAL	(32.821,75)	(147.313,52)	(442.912,07)

14. Outros Passivos Financeiros

Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse, por sua ordem, em **31 de dezembro de 2021 e 2020**, estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Recursos em Trânsito de Terceiros (a)	2.889.620,78	0,00	1.231.955,67	0,00
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	67.811,42	0,00	0,00	0,00
Cobrança E Arrecadação de Tributos e Assemelhados (b)	116.012,46	0,00	5.526,48	0,00
TOTAL	3.073.444,66	0,00	1.237.482,15	0,00

(a) Em Recursos em Trânsito de Terceiros temos registrados os valores a repassar relativos a Convênio de Energia Elétrica e Gás (R\$ 34.320,78) e outros (R\$ 2.855.300,00);

(b) Em Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados temos registrados os valores a repassar relativos a tributos: Operações de Crédito – IOF (R\$ 115.050,21) e outros (R\$ 962,25).

15. Instrumentos Financeiros

O SICOOB CREDIVALE opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos períodos findos em **31 de dezembro de 2021 e 2020**, a cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos. *(se aplicável)*.

16. Provisões

Em **31 de dezembro de 2021 e 2020**, o saldo de provisões estava assim composto:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Provisão Para Garantias Financeiras Prestadas (a)	253.188,82	5.794,73	113.661,43	2.590,21
Provisão Para Contingências (b)	50.892,32	2.906.643,86	464.379,33	2.831.869,95
TOTAL	304.081,14	2.912.438,59	578.040,76	2.834.460,16

(a) Refere-se à provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999. Em **31 de dezembro de 2021 e 2020**, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Coobrigações Prestadas	17.336.685,93	10.877.042,77
TOTAL	17.336.685,93	10.877.042,77

(b) Provisão para Contingências - Demandas Judiciais

Para fazer face às eventuais perdas que possam advir de questões judiciais e administrativas, a Cooperativa, considerando a natureza, a complexidade dos assuntos envolvidos e a avaliação de seus assessores jurídicos, mantém como provisão para contingências tributárias, trabalhistas e cíveis, classificados com de risco de perda provável, em montantes considerados suficientes para cobrir perdas em caso de desfecho desfavorável.

Na data das demonstrações contábeis, a Cooperativa apresentava os seguintes passivos e depósitos judiciais relacionados às contingências:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais
PIS FOLHA	918.932,49	908.168,14	817.815,09	810.600,08
COFINS	1.376.789,03	1.376.789,03	1.353.219,52	1.353.219,52
Trabalhistas	661.814,66	36.942,67	660.835,34	35.963,35
Outras Contingências	0,00	0,00	464.379,33	0,00
TOTAL	2.957.536,18	2.321.899,84	3.296.249,28	2.199.782,95

Segundo a assessoria jurídica do SICOOB CREDIVALE, existem processos judiciais nos quais a cooperativa figura como polo passivo, os quais foram classificados com risco de perda possível, totalizando R\$ 88.280,00. Essas ações abrangem, basicamente, processos trabalhistas ou cíveis. Em 2020 os processos judiciais nos quais a cooperativa figurava como polo passivo, os quais foram classificados com risco de perda possível era de aproximadamente R\$ 13.209,95.

O cenário de imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, torna incertos os prazos ou os valores esperados de saída.

17. Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas

Em **31 de dezembro de 2021 e 2020**, o saldo de Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas estava assim composto:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Impostos e Contribuições sobre Lucros a Pagar	1.085.007,87	0,00	169.785,15	0,00
Impostos e Contribuições s/ Serviços de Terceiros	27.725,98	0,00	31.869,85	0,00

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Impostos e Contribuições sobre Salários	401.649,66	0,00	340.771,29	0,00
Outros	93.711,29	0,00	70.796,20	0,00
TOTAL	1.608.094,80	0,00	613.222,49	0,00

18. Outros Passivos

Em **31 de dezembro de 2021 e 2020**, o saldo de outros passivos estava assim composto:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Sociais e Estatutárias (a)	4.849.734,81	0,00	3.031.225,14	0,00
Obrigações de Pagamento em Nome de Terceiros	818.611,19	0,00	817.424,77	0,00
Provisão Para Pagamentos a Efetuar (b)	2.069.722,64	0,00	1.671.074,17	0,00
Credores Diversos – País (c)	694.584,28	0,00	564.886,25	0,00
Rendas Antecipadas	0,00	0,00	29,59	0,00
TOTAL	8.432.652,92	0,00	6.084.639,92	0,00

(a) A seguir a composição do saldo de passivos sociais e estatutárias e os respectivos detalhamentos:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Provisão para Participações nas Sobras	0,00	0,00	342.000,00	0,00
Gratificações e Participações a Pagar (a.3)	480.419,69	0,00	0,00	0,00
Cotas de Capital a Pagar (a.2)	3.288.866,15	0,00	2.277.483,09	0,00
FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (a.1)	1.080.448,97	0,00	411.742,05	0,00
TOTAL	4.849.734,81	0,00	3.031.225,14	0,00

(a.1) O Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e percentual das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

No exercício de 2021, a reversão dos dispêndios de FATES e Fundos Voluntários passou a ocorrer apenas no encerramento anual, após as destinações legais e estatutárias, de acordo com a Interpretação Técnica Geral (ITG) 2004 – Entidade Cooperativa e a revogação do texto original da NBC T 10.8.2.8.

(a.2) Refere-se ao valor de cota capital a ser devolvida para os associados que solicitaram o desligamento do quadro social;

(a.3) Consubstanciada pela Lei 10.101/00, e convenção coletiva, a cooperativa constituiu provisão a título de participação dos empregados nas sobras.

(b) Em Provisão para Pagamentos a Efetuar temos registradas Despesas de Pessoal (R\$ 1.354.194,47) e outros (R\$ 715.528,17);

(c) Os saldos em Credores Diversos - País referem-se a Pendências a Regularizar BANCO SICOOB (R\$ 241.065,61), Valores a Repassar a Cooperativa Central (R\$ 47.919,60), Cheques Depositados Relativos a Descontos Aguardando Compensação (R\$ 236.181,33), Credores Diversos-Liquidação Cobrança (R\$ 9.658,91) e outros (R\$ 159.758,83).

19. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Capital Social	35.609.415,77	34.764.088,03
Associados	17.378,00	13.844,00

b) Fundo de Reserva

Representada pelas destinações das sobras definidas em Estatuto Social, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades.

c) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 16/04/2021, os cooperados deliberaram pela destinação das sobras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 da seguinte forma:

- 95% para Conta Capital, no valor de R\$ 1.955.774,73;
- 5% para a campanha Anjos contra a fome, no valor de R\$ 102.935,51

d) Destinações Estatutárias e Legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Sobra líquida do exercício	8.247.519,77	4.117.420,49
Lucro líquido decorrente de atos não-cooperativos apropriado ao FATES	(56.998,81)	0,00
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	8.190.520,96	4.117.420,49
Fundo de Reserva	(5.733.364,67)	(1.646.968,20)
Fundo de assistência técnica, educacional e social	(819.052,10)	(411.742,05)
Reversão Utilização do FATES	199.728,82	0,00
Sobra à disposição da Assembleia Geral	1.837.833,01	2.058.710,24

20. Resultado de Atos Não Cooperativos

O resultado de atos não cooperativos tem a seguinte composição:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Sobra/perda líquida do exercício (desconsiderando desp. IRPJ/CSLL)	9.332.527,64	4.718.134,67
Resultado de atos com associados	(6.788.729,75)	(3.353.091,40)
(-) Ajustes do resultado com não associados (IRPJ/CSLL)	(1.085.007,87)	(600.714,18)
(-) Outras deduções (conforme Res. 129/16 e Res. 145/16)	(1.401.791,21)	(1.434.912,38)
(=) Resultado de atos com não associados conf. Art. 87 da Lei 5764/71	56.998,81	(670.583,29)

21. Receitas de Operações de Crédito

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	116.653,96	196.709,36	149.659,68
Rendas de Empréstimos	7.588.216,05	13.432.465,03	10.281.083,03
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	1.184.034,93	1.948.600,74	1.771.141,83
Rendas de Financiamentos	1.548.531,47	2.539.931,18	1.140.617,58
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Livres	1.941.223,39	2.937.519,68	638.865,34
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Direcionados à Vista	1.107,14	1.107,14	0,00
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Direcionados da Poupança Rural	33.744,98	170.997,70	340.994,88
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Direcionados de LCA	0,00	0,00	19.640,37
Recuperação De Créditos Baixados Como Prejuízo	140.476,25	256.247,74	498.530,56
TOTAL	12.553.988,17	21.483.578,57	14.840.533,27

22. Dispendios e Despesas da Intermediação Financeira

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Despesas De Captação	(5.108.371,70)	(7.133.457,82)	(3.565.423,37)
Despesas De Obrigações Por Empréstimos E Repasses	(32.821,75)	(147.313,52)	(442.912,07)
Reversões de Provisões para Operações de Crédito	976.188,63	1.574.067,02	1.291.161,09
Reversões de Provisões para Outros Créditos	43.238,85	50.839,60	46.426,46
Provisões para Operações de Crédito	(3.288.934,78)	(4.785.832,15)	(1.891.008,90)
Provisões para Outros Créditos	(182.456,57)	(309.161,82)	(103.607,55)
TOTAL	(7.593.157,32)	(10.750.858,69)	(4.665.364,34)

23. Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Rendas de Cobrança	941.684,30	1.874.400,15	1.855.806,89
Rendas de Transferências de Fundos	0,00	16.945,54	27.459,94
Rendas de Garantias Prestadas	0,00	29,59	344,17
Rendas de Outros Serviços (a)	2.764.801,68	5.449.087,86	4.103.415,01
TOTAL	3.706.485,98	7.340.463,14	5.987.026,01

(a) Rendas de outros Serviços está composta por Tarifas de anuidade de cartões, Rendas de convênio e comissão com a venda de consórcios.

24. Rendas de Tarifas

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Rendas de Pacotes de Serviços - PF	1.130.913,75	2.192.638,33	1.989.578,10
Rendas de Serviços Prioritários - PF	168.416,50	340.916,25	381.675,50
Rendas de Serviços Diferenciados - PF	157,00	199,00	190,00
Rendas de Tarifas Bancárias - PJ	1.612.076,68	3.111.821,51	2.596.038,35
TOTAL	2.911.563,93	5.645.575,09	4.967.481,95

25. Dispendios e Despesas de Pessoal

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Despesas de Honorários - Conselho Fiscal	(8.605,08)	(39.606,66)	(62.003,16)

Despesas de Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(587.184,52)	(1.224.080,72)	(1.205.762,69)
Despesas de Pessoal - Benefícios	(1.065.456,80)	(2.045.366,34)	(1.614.367,93)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(1.242.836,32)	(2.499.506,37)	(2.344.832,14)
Despesas de Pessoal - Proventos	(3.613.205,10)	(7.359.648,94)	(6.752.554,61)
Despesas de Pessoal - Treinamento	(5.648,00)	(7.232,00)	(8.852,90)
Despesas de Remuneração de Estagiários	(93.806,11)	(166.972,55)	(62.767,30)
TOTAL	(6.616.741,93)	(13.342.413,58)	(12.051.140,73)

26. Outros Dispendios e Despesas Administrativas

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Despesas de Água, Energia e Gás	(144.538,45)	(321.309,59)	(277.518,48)
Despesas de Aluguéis	(282.884,45)	(546.431,50)	(460.139,46)
Despesas de Comunicações	(287.611,58)	(553.423,24)	(566.465,73)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(61.973,36)	(132.803,82)	(228.147,43)
Despesas de Material	(71.514,06)	(165.269,94)	(198.533,36)
Despesas de Processamento de Dados	(717.031,91)	(1.391.454,62)	(1.419.603,25)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(82.458,38)	(89.596,14)	(41.519,78)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(22.313,00)	(39.143,00)	(23.725,00)
Despesas de Publicações	(6.000,00)	(13.725,00)	(4.700,00)
Despesas de Seguros	(201.745,43)	(395.897,57)	(351.122,18)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(1.233.009,11)	(2.360.849,80)	(1.690.527,64)
Despesas de Serviços de Terceiros	(180.678,24)	(333.951,17)	(202.436,37)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(388.566,36)	(753.390,27)	(705.712,41)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(317.424,78)	(676.644,46)	(655.746,33)
Despesas de Transporte	(383.526,58)	(784.729,31)	(904.193,56)
Despesas de Viagem ao Exterior	(414,11)	(414,11)	(178,82)
Despesas de Viagem no País	(86.685,79)	(142.497,00)	(142.085,17)
Despesas de Depreciação	(283.740,89)	(611.901,49)	(571.281,82)
Outras Despesas Administrativas	(731.480,90)	(1.338.194,70)	(1.305.816,93)
TOTAL	(5.483.597,38)	(10.651.626,73)	(9.749.453,72)

27. Outros Ingressos e Receitas Operacionais

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Recuperação de Encargos e Despesas	498.406,78	1.035.216,69	207.356,47
Dividendos	0,00	9.598,76	27.037,64
Distribuição de sobras da central	0,00	304.996,56	262.429,39
Atualização depósitos judiciais	42.211,21	58.730,74	31.933,63
Rendas de Repasses Interfinanceiros	0,00	1.233,31	219,68
Outras rendas operacionais	19.282,00	69.089,35	111.684,28
Rendas oriundas de cartões de crédito e aquisição	1.006.100,01	2.017.939,98	1.758.210,60
Juros ao Capital Recebidos da Central	267.714,01	267.714,01	184.817,59
TOTAL	1.833.714,01	3.764.519,40	2.583.689,28

28. Outros Dispendios e Despesas Operacionais

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Operações de Crédito - Despesas de Descontos Concedidos em Renegociações	0,00	0,00	(37.624,58)
Outras Despesas Operacionais	(211.378,98)	(303.348,39)	(111.552,85)
Despesa com Correspondentes Cooperativos	(5.527,26)	(5.527,26)	0,00
Desconto/Cancelamento de Tarifas	(215.717,53)	(392.565,23)	(353.713,49)
Outras Contribuições Diversas	(113.682,35)	(217.094,11)	(145.215,77)
Contrib. ao Fundo de Ressarc. de Fraudes Externas	(37.669,96)	(70.867,93)	(23.823,69)
Contrib. ao Fundo de Ressarc. de Perdas Operacionais	0,00	(8.606,21)	(11.381,46)
Perdas - Fraudes Externas	(13.675,81)	(56.077,82)	(150,00)
Perdas - Demandas Trabalhistas	0,00	(12.195,22)	(69.604,74)
Perdas - Práticas Inadequadas	0,00	(30,50)	(23.500,00)
Perdas - Falhas em Sistemas de TI	0,00	0,00	(398,17)
Perdas - Falhas de Gerenciamento	0,00	0,00	(258,94)
Dispendios de Assistência Técnica, Educacional e Social	(191.493,19)	(199.728,82)	0,00
TOTAL	(789.145,08)	(1.266.041,49)	(777.223,69)

29. Despesas com Provisões

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Provisões/Reversões para Contingências	(72.374,78)	(122.692,91)	(684.689,83)
Provisões para Demandas Trabalhistas	0,00	0,00	(566.386,41)
Provisões para Contingências	(72.374,78)	(122.692,91)	(128.403,42)
Reversões de Provisões para Contingências	0,00	0,00	10.100,00
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas	(92.618,82)	(142.731,91)	5.001,61
Provisões para Garantias Prestadas	(190.282,42)	(307.721,81)	(140.160,05)
Reversões de Provisões para Garantias Prestadas	97.663,60	164.989,90	145.161,66
TOTAL	(164.993,60)	(265.424,82)	(679.688,22)

30. Outras Receitas e Despesas

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Lucro em Transações com Valores de Bens	100.000,00	100.000,00	51.440,02
Ganhos de Capital	22.684,39	38.540,13	62.762,59
Outras Rendas não Operacionais	0,00	0,00	476,33
(-) Perdas de Capital	(2.751,58)	(23.968,43)	(22.619,24)
(-) Despesas de Provisões não Operacionais	0,00	(39,02)	0,00
(-) Outras Despesas não Operacionais	(3.913,43)	(10.077,83)	(5.095,65)
TOTAL	116.019,38	104.454,85	86.964,05

31. Resultado Não Recorrente

Com base na aplicação da premissa contábil adotada, conforme definição da Resolução BCB n.º 2/2020, e nos critérios internos complementares a este normativo, não houve registros referentes a resultado não recorrente no exercício de 2021 e 2020.

32. Partes Relacionadas

São consideradas partes relacionadas, para fins de Demonstrativos Contábeis e Notas Explicativas, as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas, conforme Resolução CMN nº 4.693/2018.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

a) Montante das operações ativas e passivas realizadas em 2021:

No quadro abaixo são apresentados os saldos de operações ativas liberadas e de operações passivas captadas durante o período de 2021.

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. - Vínculo de Grupo Econômico	590.134,34	0,1321%	206,27
P.R. - Sem vínculo de Grupo Econômico	741.879,86	0,1661%	1.076,92
TOTAL	1.332.014,20	0,2983%	1.283,19
Montante das Operações Passivas	4.772.247,05	2,4960%	

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 31/12/2021	
CPR (física, financeira, coobrigações)	
Empréstimos e Financiamentos	0,0574%
Títulos Descontados e Cheques Descontados	0,0142%
Credito Rural (modalidades)	0,1507%
Aplicações Financeiras	2,4959%

b) Operações ativas e passivas – saldo em 31/12/2021:

No quadro abaixo são apresentados os saldos das operações ativas e passivas atualizados em 31/12/2021.

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	13.306,09	69,99	0,5354%
Financiamentos Rurais	485.517,42	2.427,59	1,0018%
Empréstimos	86.867,45	1.415,02	0,1191%
Financiamentos	300.759,52	1.503,81	1,0393%
Direitos Creditórios Descontados	28.504,54	0,00	0,1720%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação à Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos a Vista	1.175.600,31	1,0331%	0%
Depósitos a Prazo	2.420.571,70	1,5185%	0,7483%
Letra de Crédito Agronegócio - LCA	10.195,62	0,1556%	0,6085%

c) Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Média Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas a.m.	Prazo médio (a.m.)
Direitos Creditórios Descontados	1,5600%	1,33
Empréstimos	1,4833%	20,02
Financiamentos	1,0800%	58,04
Aplicação Financeira - Pós Fixada (% CDI)	92,9640%	165,45
Letra de Crédito Agronegócio - LCA	0,6153%	33,77

Conforme Política de Crédito do Sistema Sicoob, as operações realizadas com membros de órgãos estatutários e pessoas ligadas a estes são aprovadas em âmbito do Conselho de Administração ou, quando delegada formalmente, pela Diretoria Executiva, bem como são alvo de acompanhamento especial pela administração da cooperativa. As taxas aplicadas seguem o normativo vigente à época da concessão da operação.

d) As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Cheque Especial	20.941,38
Crédito Rural	800.996,33
Direitos Creditórios Descontados	4.167.511,28
Empréstimos	1.045.149,06
Financiamentos	422.913,06

e) As coobrigações prestadas pela Cooperativa a partes relacionadas foram as seguintes:

Submodalidade Bacen	31/12/2021	31/12/2020
1513 Beneficiários de Outras Coobrigações	425.230,75	148.563,15

f) Em 2021, os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários e custeio parcial de plano de saúde, apresentando-se da seguinte forma:

Descrição	BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2021 (R\$)		BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2020 (R\$)	
	2º sem/21	31/12/2021	2º sem/20	31/12/2020
INSS Diretoria/Conselheiros	(125.157,90)	(258.672,02)	(126.314,65)	(253.539,23)
Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(587.184,52)	(1.224.080,72)	(600.640,52)	(1.205.762,69)
F.G.T.S. Diretoria	(12.095,29)	(13.209,37)	0,00	0,00

33. Cooperativa Central

A COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDIVALE LTDA - SICOOB CREDIVALE em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à COOPERATIVA CENTRAL CRÉDITO DE MINAS GERAIS LTDA - SICOOB CENTRAL CREDIMINAS, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB CENTRAL CREDIMINAS, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao SICOOB CENTRAL CREDIMINAS a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O SICOOB CREDIVALE responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB CENTRAL CREDIMINAS perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

Saldo das transações da Cooperativa com o SICOOB CENTRAL CREDIMINAS:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Ativo - Relações Interfinanceiras - Centralização Financeira	161.949.468,58	213.631.882,82
Ativo - Investimentos	7.434.654,99	6.952.782,58
Total das Operações Ativas	169.384.123,57	220.584.665,40

Saldo das Receitas e Despesas da Cooperativa com o SICOOB CENTRAL CREDIMINAS:

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	5.245.065,11	7.843.015,33	4.996.568,38
Total das Receitas	5.245.065,11	7.843.015,33	4.996.568,38
Rateio de Despesas da Central	(268.277,81)	(628.787,69)	(766.233,10)
Total das Despesas	(268.277,81)	(628.787,69)	(766.233,10)

34. Gerenciamento de Risco

A estrutura de gerenciamento de riscos do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Centro Cooperativo Sicoob (CCS), com base nas políticas, estratégias, nos processos e limites, busca identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos inerentes às suas atividades.

A Política Institucional de Gestão Integrada de Riscos e Política Institucional de Gerenciamento de Capital, bem como as diretrizes de gerenciamento de riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do CCS.

O gerenciamento integrado de riscos abrange, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, variação das taxas de juros, liquidez, operacional, socioambiental e gestão de continuidade de negócios e assegura, de forma contínua e integrada, que os riscos sejam administrados de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS).

O processo de gerenciamento de riscos é segregado e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade, existindo adequada disseminação de informações e da cultura de gerenciamento de riscos no Sicoob.

São adotados procedimentos para o reporte tempestivo aos órgãos de governança, de informações em situação de normalidade e de exceção em relação às políticas de riscos, e programas de testes de estresse para avaliação de situações críticas, que consideram a adoção de medidas de contingência.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob, e não desonera as responsabilidades das cooperativas.

34.1 Risco operacional

As diretrizes para gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco Operacional, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento de risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

As perdas operacionais são comunicadas à área Risco Operacional e GCN – Gestão de Continuidade de Negócio, que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração do CCS.

A metodologia de alocação de capital utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico.

34.2 Risco de Crédito

As diretrizes para gerenciamento do risco de crédito encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Crédito, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de

Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O CCS é responsável pelo gerenciamento do risco de crédito do Sicoob, atuando na padronização de processos, metodologias de análise de risco de contrapartes e operações e monitoramento dos ativos que envolvem o risco de crédito.

Para mitigar o risco de crédito, o CCS dispõe de modelos de análise e de classificação de riscos com base em dados quantitativos e qualitativos, a fim de subsidiar o processo de cálculo do risco e de limites de crédito da contraparte, visando manter a boa qualidade da carteira. O CCS realiza testes periódicos de seus modelos garantindo a aderência à condição econômico-financeira da contraparte. Realiza, ainda, o monitoramento da inadimplência da carteira e o acompanhamento das classificações das operações de acordo com a Resolução CMN 2.682/1999.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito prevê:

- fixação de políticas e estratégias incluindo limites de riscos;
- validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos;
- estimação (critérios consistentes e prudentes) de perdas associadas ao risco de crédito, bem como comparação dos valores estimados com as perdas efetivamente observadas;
- acompanhamento específico das operações com partes relacionadas;
- procedimentos para o monitoramento das carteiras de crédito;
- identificação e tratamento de ativos problemáticos;
- sistemas, rotinas e procedimentos para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar a exposição ao risco de crédito;
- monitoramento e reporte dos limites de apetite por riscos;
- informações gerenciais periódicas para os órgãos de governança;
- área responsável pelo cálculo do nível de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito;
- modelos para avaliação do risco de crédito de contraparte, de acordo com a operação e com o público envolvido, que levam em conta características específicas dos entes, bem como questões setoriais e macroeconômicas;
- aplicação de testes de estresse identificando e avaliando potenciais vulnerabilidades da Instituição;
- limites de crédito para cada contraparte e limites globais por carteira ou por linha de crédito;
- avaliação específica de risco em novos produtos e serviços.

As normas internas de gerenciamento do risco de crédito incluem a estrutura organizacional e normativa, os modelos de classificação de risco de tomadores e de operações, os limites globais e individuais, a utilização de sistemas computacionais e o acompanhamento sistematizado contemplando a validação de modelos e conformidade dos processos.

34.3 Risco de Mercado e Variação das Taxas de Juros

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação de valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição, e inclui os riscos da variação das taxas de juros, dos preços das ações, da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities).

O Sicoob dispõe de área especializada para gerenciamento do risco de mercado e de variação das taxas de juros (IRRBB), com objetivo de assegurar que o risco das entidades do Sicoob seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e manuais institucionais.

As diretrizes para gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Mercado, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

A estrutura de gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros do Sicoob é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Os instrumentos de gerenciamento do risco de mercado e do IRRBB utilizados são:

a) acompanhamento, por meio da apreciação de relatórios periódicos remetidos aos órgãos de governança, comitês e a alta administração, que evidenciem, no mínimo:

a.1) abordagem do valor em risco (VaR): avaliação da perda máxima estimada da carteira para um determinado horizonte de tempo, em condições normais de mercado, dado intervalo de confiança.

a.2) abordagens de valor econômico (EVE): avaliações do impacto de alterações nas taxas de juros sobre o valor presente dos fluxos de caixa dos instrumentos classificados na carteira bancária da instituição;

a.3) abordagens de resultado de intermediação financeira (NII): avaliações do impacto de alterações nas taxas de juros sobre o resultado de intermediação financeira da carteira bancária da instituição;

a.4) limites máximos do risco de mercado e do IRRBB;

a.5) aplicação de cenários de estresse;

a.6) definição de planos de contingência.

b) elaboração de relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco de mercado.

Para as parcelas de risco de mercado da carteira de negociação RWAjur1, RWAjur2, RWAjur3, RWAjur4, RWAcam, RWAcom e RWAacs são utilizadas metodologias padronizadas, de acordo com os normativos do Banco Central do Brasil.

São realizados testes de estresse, com o objetivo de inferir a possibilidade de perdas resultantes de oscilações bruscas nos preços dos ativos, possibilitando a adoção de medidas preventivas.

O sistema de mensuração, monitoramento e controle dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros adotado pelo Sicoob baseia-se na aplicação de ferramentas amplamente difundidas, fundamentadas nas melhores práticas de gerenciamento de risco, abrangendo a totalidade das posições das entidades do Sicoob.

34.4 Risco de Liquidez

O risco de liquidez é a possibilidade da entidade não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, e/ou a possibilidade da entidade não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu valor elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O Sicoob dispõe de área especializada para gerenciamento do risco de liquidez, com objetivo de assegurar que o risco das entidades seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e manuais institucionais.

As diretrizes para gerenciamento do risco de liquidez encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento da Centralização Financeira e Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Liquidez, aprovadas pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

A estrutura de gerenciamento do risco de liquidez é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

O gerenciamento do risco de liquidez das entidades do Sicoob atende aos aspectos e padrões previstos nos normativos emitidos pelos órgãos reguladores, aprimorados e alinhados permanentemente as boas práticas de gestão.

Os instrumentos de gerenciamento do risco de liquidez utilizados são:

a) acompanhamento, por meio da apreciação de relatórios periódicos remetidos aos órgãos de governança, comitês e alta administração que evidenciem, no mínimo:

limite mínimo de liquidez;

fluxo de caixa projetado;

aplicação de cenários de estresse;

definição de planos de contingência.

b) elaboração de relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco de liquidez;

c) existência de plano de contingência contendo as estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar perdas decorrentes do risco de liquidez.

São realizados testes de estresse em diversos cenários, com o objetivo de identificar eventuais deficiências e situações atípicas que possam comprometer a liquidez das entidades do Sicoob.

34.5 Risco Socioambiental

As diretrizes para gerenciamento do risco socioambiental encontram-se registradas na Política Institucional de Responsabilidade Socioambiental (PRSA), aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento do risco socioambiental consiste na avaliação dos potenciais impactos socioambientais negativos, inclusive em relação ao risco de reputação, para a elegibilidade das operações:

a) setores de atuação de maior exposição ao risco socioambiental;

b) linhas de empréstimos e financiamentos de maior exposição ao risco socioambiental;

c) valor de saldo devedor em operações de crédito de maior exposição ao risco socioambiental.

As propostas de contrapartes atuadas por crime ambiental são analisadas por alçada específica.

O Sicoob não realiza operações com contrapartes que constem no cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo ou infantil.

34.6 Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital das cooperativas é um processo contínuo e com postura prospectiva, que tem por objetivo avaliar a necessidade de capital de suas instituições, considerando os objetivos estratégicos do Sicoob para o horizonte mínimo de três anos.

As diretrizes para o monitoramento e controle contínuo do capital estão contidas na Política Institucional de Gerenciamento de Capital do Sicoob, à qual todas as instituições aderiram formalmente.

O processo do gerenciamento de capital é composto por um conjunto de metodologias que permitem às instituições identificar, avaliar e controlar as exposições relevantes, de forma a manter o capital compatível com os riscos incorridos. Dispõe, ainda, de um plano de capital específico, prevendo metas e projeções de capital que consideram os objetivos estratégicos, as principais fontes de capital e o plano de contingência, e adicionalmente, são realizadas simulações de eventos severos e condições extremas de mercado, cujos resultados e impactos na estrutura de capital são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração.

34.7 Gestão de Continuidade de Negócios

As diretrizes para a gestão de continuidade de negócios encontram-se registradas na Política Institucional de Gestão de Continuidade de Negócios, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gestão de continuidade de negócios se desenvolve com base nas seguintes atividades:

a) identificação da possibilidade de paralisação das atividades;

b) avaliação dos impactos potenciais (resultados e consequências) que possam atingir a entidade, provenientes da paralisação das atividades;

c) definição de estratégia de recuperação para a possibilidade da ocorrência de incidentes;

d) continuidade planejada das operações (ativos, inclusive pessoas, sistemas e processos), considerando procedimentos para antes, durante e após a interrupção;

e) transição entre a contingência e o retorno à normalidade (saída do incidente).

O CCS realiza a Análise de Impacto (AIN) para identificação dos processos críticos sistêmicos, com o objetivo de definir estratégias para a continuidade desses processos e, assim resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e imagem.

São elaborados, anualmente, os Planos de Continuidade de Negócios contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: plano de continuidade operacional (PCO) e Plano de recuperação de desastre (PRD).

Anualmente são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a sua efetividade.

35. Seguros Contratados – Não Auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

36. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Patrimônio de referência (PR)	54.214.533,19	48.279.488,10
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	210.511.398,10	148.829.495,24
Índice de Basileia (mínimo 11%) %	25,75	32,44
Imobilizado para cálculo do limite	7.642.500,11	5.308.400,31
Índice de imobilização (limite 50%) %	14,09	11

TEÓFILO OTONI-MG

Suzana Aparecida Carvalho de Oliveira

Contadora

CRC/DF-020.104/O-1



Polícia pode adotar medida para afastar agressor do convívio familiar



Por unanimidade, o Supremo Tribunal Federal (STF) confirmou, na quarta-feira (23/03), que a polícia pode adotar medidas para afastar agressores do convívio familiar de mulheres vítimas de violência doméstica. O Supremo julgou uma ação protocolada pela Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB). A entidade questionou a constitucionalidade da Lei 13.827/2019, que incluiu na Lei da Maria da Penha a possibilidade de delegados e policiais afastarem o agressor da convivência com a mulher.

No caso de agressão, a polícia já está respaldada pela Constituição para entrar na residência e realizar a prisão por tratar-se de flagrante. Pela norma, no caso de risco à integridade física da mulher ou de seus dependentes, o delegado de polícia poderá entrar na casa e retirar o agressor, mas somente quando o município não for sede de uma comarca. Um policial também poderá realizar a medida quando no município não houver delegado disponível no momento da denúncia.

A lei também definiu que, após o afastamento do agressor, o magistrado responsável pela cidade deverá ser comunicado em 24 horas para decidir sobre a manutenção da medida. Durante o julgamento, o advogado Alberto Pavie Ribeiro, representante da

AMB, argumentou que a Constituição assegura que o domicílio é inviolável, podendo ser acessado somente a partir do flagrante delito, desastre, ou autorização judicial.

"Não se pode cogitar da possibilidade de um policial ou delegado vir a penetrar no lar, domicílio ou local de convivência sem ordem judicial para retirar alguém do ambiente e ainda mantê-lo afastado de sua liberdade", argumentou.

O relator, ministro Alexandre de Moraes, discordou das afirmações da AMB e votou a favor da constitucionalidade da lei. Moraes disse que outros países também deram poderes à autoridade policial para adotar as medidas de afastamento. O ministro citou que 66% dos casos de feminicídio no país ocorrem na casa da vítima.

"É a autoridade policial que chega na residência. Se não for caso de prisão imediata, se a agressão ocorreu antes ou está na iminência de ocorrer, a autoridade policial não vai voltar para a delegacia enquanto o agressor continua com a vítima", afirmou. Votaram no mesmo sentido os ministros André Mendonça, Nunes Marques, Edson Fachin, Luís Roberto Barroso, Rosa Weber, Dias Toffoli, Ricardo Lewandowski, Gilmar Mendes e o presidente da Corte, Luiz Fux.

A ministra Cármen Lúcia disse ao validar a lei que

a polícia atua diante da falta de juízes nas comarcas do país. "Quando uma mulher pede por socorro, se não houver o afastamento, e o agressor se der conta que houve esse pedido por parte dela, a tendência é ele permanecer e acirrar a agressão até chegar ao feminicídio".

AGU e PGR - O advogado-geral da União, Bruno Bianco, defendeu a legalidade da legislação e disse que as alterações foram feitas para proteger as mulheres. Segundo Bianco, a medida deverá ser usada somente no caso da falta de um juiz de plantão na comarca, sendo obrigatória a comunicação ao magistrado em 24 horas. "Não seria razoável exigir da vítima que procure a autoridade judicial em outro município, em outra comarca, e aguarde a aprovação de uma ordem judicial para afastamento do agressor", disse.

O procurador-geral da República, Augusto Aras, destacou que o objetivo do Congresso ao aprovar a lei foi ampliar a proteção à mulher e punir os agressores, mas disse que a alteração é inconstitucional. Segundo Aras, o afastamento é uma medida cautelar que pode ser autorizada somente pela Justiça. "Não me parece que o Poder Judiciário tenha sido ausente ou intempestivo no que concerne à apreciação das medidas protetivas de urgência. Os dados apontam ao contrário", argumentou. (Agência Brasil).

Bloco de



Wagner Penna

Foto: Reprodução

NOVA ANATOMIA

O circuito da 'underwear' (moda íntima) anda em polvorosa, procurando meios de se integrar às novas normas sociais e ao novo estilo de vida dos consumidores em geral. No primeiro caso, os protagonistas da diversidade de gênero agora terão a seu dispor uma linha de 'lingerie' exclusivamente dirigida ao público trans. Isso mesmo. São calcinhas com 'design' ajustado à anatomia dessa turma. E é também para eles que um empresário passou a oferecer seios de silícones, atendendo ao público.

Para as jovens dedicadas aos esportes e/ou cultivo do corpo, a preocupação é com os sutiãs especialmente moldados para elas. É algo difícil, principalmente pela diversidade de formatos e tamanhos dos corpos dessas consumidoras. Mas os novos tecidos e minuciosos estudos de anatomia, estão criando dezenas de tamanhos e formatos para atendê-las. Uma disputa gigante, com as mega marcas no páreo - como Adidas, que criou 43 novos estilos e 72 tamanhos de suportes para os seios.

E tem mais: a tradicional Casa das Cuecas (fundada em 1968) atualizou sua linha de produtos e assinou contrato com o argentino Messi - com modelos assinados por ele em torno de R\$ 80,00. E tem ainda sungas, camisetas e bermudas com a grife do famoso jogador. Como se vê aos poucos a moda vai pensando também no conforto íntimo - e não apenas na estética.



Sutiã esportivo Adidas

VAIVÉM

• O período mais ameno da pandemia parece que impulsionou as vendas na moda. A saber: o Grupo Soma (que tem marcas como Hering, Farm, Animale e outras) teve seu maior lucro da história, realizado no último trimestre de 2021. Os cifrões chegaram a quase 50 milhões líquidos. Outras megamarcas seguiram o mesmo ritmo. Amém! ***

• O Salão Casamoda (para vendas, em pronta-entrega aos lojistas) foi realizado, em São Paulo, no hotel Grand Mercure. Além das coleções das marcas, a turma também se divertiu no espaço instagramável (isto é, com décor para fotografar e postar) todo em detalhes brilhantes. Uma sinalização de muito

glitter no inverno 2022 ***

PONTO FINAL.

Com a transferência do carnaval (oficial) das escolas de samba no Rio e São Paulo para o dia de Tiradentes (21 de abril), os carnavalescos de plantão se animaram. Muita gente está costurando fantasias para assistir os desfiles pela tevê em bloquinhos organizados nos bares & praças, tal e qual se faz com as partidas de futebol. Por falar no assunto, os paulistanos inauguraram, agora, 64 mil metros de construção novinha para os 'barracões' das escolas de samba de lá. Cada uma vai receber um pavilhão de 4500 m². E pensar que no Rio, as escolas de samba tem seus 'barracões' em armazéns velhos da zona portuária.



CONSÓRCIO DE SAÚDE

Rua Santos Dumont, 30 - São Jacinto
Teófilo Otoni - MG - (33) 3522-2228

Nanuque: Polícia Civil indicia mulher por forçar a filha fazer aborto

A Polícia Civil de Minas Gerais (PCMG) em Nanuque, concluiu as investigações referentes ao aborto de uma adolescente, com 14 anos à época dos fatos, induzido pela mãe da jovem, de 39 anos. Conforme apurado, em maio do último ano, após descobrir a gravidez da filha, a mulher teria constrangido a adolescente a ingerir dois comprimidos de medicamento abortivo e introduzir outros dois na cavidade vaginal.

A vítima começou a ter excessivos sangramentos em virtude do uso do remédio e foi levada ao hospital, onde ficou internada. Posteriormente, ao ser submetida a exame de corpo de delito e análise dos prontuários médicos, foi verificado que houve a interrupção da gravidez da menina. Por esse motivo, a mulher foi indiciada pelo crime de aborto.

Investigação - De



acordo com o apurado pela Polícia Civil, a suspeita teria falado para o namorado da jovem e para familiares que não aceitava a gravidez da filha. A mulher ainda afirmou que iria tomar as devidas providências sobre o fato, chegando a utilizar expressões como “eu vou tomar minhas decisões, a filha é minha” e “ela vai abortar sim, essa

criança não vai nascer”, segundo testemunhas.

Ainda conforme levantamentos, a investigada utilizou o celular da adolescente para pedir ao namorado da vítima a quantia de R\$ 500 para comprar o medicamento abortivo, o que foi negado pelo jovem. (Informações/Imagem: assessoria de comunicação da PCMG).

Homem é condenado a quase 50 anos de prisão pelo assassinato de um jovem e de um bebê em Nanuque

Em sessão do Tribunal do Júri realizada na quarta-feira (23/03), em Nanuque, um homem foi condenado à pena privativa de liberdade de 49 anos e quatro meses pela prática de dois homicídios qualificados. O Júri foi realizado pela promotora de Justiça Bruna Bodoni Faccioli, e presidido pela magistrada Aline Gomes dos Santos Silva.

Em 21 de janeiro de 2020, por volta da meia noite, o homem condenado, juntamente com dois outros indivíduos não identificados até o momento, sob o comando do chefe da organização criminosa, atualmente foragido, mataram um jovem de 22 anos e seu filho de um ano e 6 meses, efetuando inúmeros disparos de arma de fogo. O crime ocorreu na casa da mãe e da avó da criança, onde o pai dormia com o bebê.

Segundo apurado, o sentenciado e os comparsas se deslocaram até a residência da criança e se depararam com o imóvel fechado. Derubando a motocicleta da vítima, atraíram a avó e a bisavó da criança para fora da casa e conseguiram entrar no imóvel. Lá dentro, armados com pistola 9 mm, foram até o quarto



onde o pai estava com o bebê e efetuaram diversos disparos de arma de fogo, atingindo o pai com seis tiros e a criança com quatro. Em seguida, os autores deixaram o local. Durante a fuga, os indivíduos ainda chegaram a manter contato visual com um policial militar que estava de folga, tendo trocado tiros.

Conforme a acusação, o crime foi cometido por motivo torpe, no contexto de tráfico de drogas. A vítima de 22 anos integrava organização criminosa em Nanuque e exercia a gerência do tráfico no Bairro Vila Nova. Após desentendimentos, passou a vender drogas para outra pessoa e foi morto para que o homem condenado assumisse a gerência do tráfico no bairro. O crime também foi praticado mediante recurso que dificultou a defesa das vítimas, pois praticado durante a noite, enquanto dormiam, com superioridade de agentes e de armas de fogo.

A autoria foi identificada após intensa investigação da Polícia Civil de Nanuque, conduzida pelo delegado Luís Bernardo Rodrigues de Moraes Neto. Após denúncias anônimas e depoimento de parente das vítimas apontando a autoria para o sentenciado e o líder da organização criminosa, foi realizada a perícia de microcomparação balística entre os estojos recolhidos na cena do crime e os estojos recolhidos em outro homicídio tentado, ocorrido em dezembro de 2019.

Após a perícia, ficou comprovado que a mesma arma de fogo foi utilizada nos dois crimes, sendo que, no primeiro, o homem agora condenado já tinha confessado a autoria do crime, sendo inclusive condenado pela tentativa de homicídio. Nº 0001271-41.2020.8.13.0443 (Ministério Público de Minas Gerais/ Assessoria de comunicação integrada/ Foto: Reprodução).



Ballet Clássico, Ballet Contemporâneo, Dança do Ventre, Zumba, Hip Hope, Fit Dance e Dança de Salão. Venha fazer, gratuitamente, uma aula experimental.

Rua Pastor Hollerbach, 218 A • Grão Pará
(33) 3522-3471 • (33) 98750-1641 • (33) 98750-1644 | Teófilo Otoni/MG

PM Rv e 15ª RPM: operação conjunta de prevenção à explosão de caixas eletrônicos

A Polícia Militar Rodoviária e a 15ª Região de Polícia Militar continuam realizando operações conjuntas para prevenção à explosão de caixas eletrônicas, crime denominado como o Novo Cangaço em toda a região de Teófilo Otoni, e tem surtido grandes resultados, trazendo sensação de segurança à população. Várias equipes bem treinadas e equipadas, com armamento de alta energia, fazem abordagens e patrulhamentos nas cidades durante as madrugadas.

Na madrugada de quarta-feira (23/03) as cidades de Cachoeira de Pajeú, Divisa Alegre e Águas Vermelhas, receberam intenso policiamento com foco na prevenção criminal, na manutenção da sensação de segurança. O tenente Reinaldo Martins



ressalta que a população pode contribuir, denunciando pessoas suspeitas, especialmente veículos de grande porte e indivíduos suspeitos tentando alugar sítios ou trafegando pelas comunidades.

“As denúncias podem ser feitas através dos telefones 181 (Disque Denúncia), e 190 (Emergência da

Polícia Militar), ou diretamente a um policial da confiança. As informações serão mantidas no mais absoluto sigilo e a identidade do denunciante será preservada. Polícia Militar Rodoviária: Os Anjos da Guarda dos Caminhos de Minas. (Tenente Reinaldo Martins, comandante do 1º Pelotão da 15ª Cia PM Rv).

Homem é preso com droga dentro de bar na zona rural de Carai

Na sexta-feira (25/03), por volta das 22h30min, a Polícia Militar deflagrava a operação Força Tarefa na cidade de Carai, em combate a homicídios, e, durante patrulhamento no Distrito de Ponto do Marambaia, os militares abordaram frequentadores de um bar que estavam em atitude suspeita, e nas vestes de um deles foram localizados 01 pino contendo substância semelhante à cocaína e 01 bucha de substância semelhante à maconha. Segundo o abordado,



que é oriundo de Belo Horizonte e possui passagens por roubos, furtos e posse ilegal de arma de fogo, ele seria usuário de drogas e foi morar naquela região com os avós. Ele

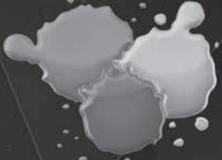
foi preso e conduzido ao Quartel da Polícia Militar, sendo liberado após a lavratura do Termo Circunstanciado de Ocorrência (TCO). (Informações/ Foto: tenente Thalles).



(33) 3522-5260

Av. Minas Gerais, 1650 - São Cristóvão
39804-710 - Teófilo Otoni - MG

É mais puro e rende mais!



33 3522 3070 33 98886 2121

www.graficamodelo.com.br

Rua Marcelo Guedes, 170 - Centro
Teófilo Otoni - MG

Sinhá Chérie
Laços e Laçarotes

Sinhá Chérie chegou pra encantar a todos com lindas cores, lindos modelos exclusivos no mundo dos laços e laçarotes. Turbantes - modelos Tal Mãe Tal Filha, Lacinho Minizinho para recém-nascidos, são muitos modelos que as crianças vão se apaixonar e combinam com um montão de look.

Sinhá Chérie tem laços pra todas as ocasiões, pra todas as estações. Tem modelos escolares, para festas em geral, tiara adaptável, laço removível super prático e versátil e modelos personalizados. Diversos tamanhos. Não deixe sua filha fora do mundo Sinhá Chérie.

Sinhá Chérie - Laços e Laçarotes
@sinhacherielacos

Publicação Legal

PREFEITURA MUNICIPAL DE
FRONTEIRA DOS VALES

O PREFEITO MUNICIPAL DE FRONTEIRA DOS VALES - MG, torna público o PROCESSO SELETIVO de Provas, destinado à contratação temporária. As inscrições poderão ser realizadas na internet das 08:00 horas do dia 04/04/2022 às 20:00 horas do dia 18/04/2022 no site da empresa: www.staffconcursos.com.br, onde o edital completo está disponível. Fronteira dos Vales - MG, 25/03/2020. Adailton Rodrigues da Silva. Prefeito Municipal.

EDITAL DE PROCLAMAS - SERVIÇO
REGISTRAL ALMEIDA, RUA ENGENHEIRO
CARVALHO BORGES, 396 - CENTRO, TEÓFILO
OTONI (MG). TELEFONE (33) 3521-2414.

013319 - LUIZ CARLOS PEREIRA DOS SANTOS, solteiro, maior, pedreiro, nascido aos 13/05/1964, não informado lugar do nascimento, natural de Teófilo Otoni-MG, residente na Avenida Sidônio Otoni, 2869, Bairro Jardim Serra Verde, Teófilo Otoni-MG, filho(a) de JOSÉ PEREIRA DOS SANTOS e MARIA DIAS DURVAL; e ROBERTA LOPES DE OLIVEIRA, solteira, maior, doméstica, nascida aos 04/10/1986, na Jaqueira, natural de Teófilo Otoni-MG, residente na Avenida Sidônio Otoni, 2869, Bairro Jardim Serra Verde, Teófilo Otoni-MG, filho(a) de e MARIA JOSÉ LOPES DE OLIVEIRA;

013320 - CARLOS ALEXANDRE CHAVES DE SOUZA, solteiro, maior, pedreiro, nascido aos 24/09/1992, no Hospital Santa Rosália, natural de Teófilo Otoni-MG, residente na Rua Júlio Costa, 2614, Bairro Palmeiras, Teófilo Otoni-MG, filho(a) de JOSÉ CARLOS CHAVES SOUZA e MARLI DIAS DE SOUSA; e JÉSSICA DANIEL DA COSTA, solteira, maior, manicure, nascida aos 24/02/1998, no Hospital Santa Rosália, natural de Teófilo Otoni-MG, residente na Travessa Edson França, 25 A, Bairro Teófilo Rocha, Teófilo Otoni-MG, filho(a) de BENJAMIM ALVES DA COSTA JUNIOR e SEBASTIANA DANIEL DOS SANTOS;

013321 - JÚNIO OLIVEIRA MARTINS, solteiro, maior, engenheiro civil, nascido aos 25/11/1994, no Hospital Santa Rosália, natural de Teófilo Otoni-MG, residente na Rua Monte Verde, 110, Bairro Matinha, Teófilo Otoni-MG, filho(a) de JADIR MARTINS FERREIRA e ERLI FERREIRA DE OLIVEIRA; e KAREN BARBOSA VIANA, solteira, maior, engenheira civil, nascida aos 19/03/1995, no Hospital Deraldo Guimarães, natural de Almenara-MG, residente na Rua Doutor Marcílio Rosa, 399 C, Bairro Jardim Iracema, Teófilo Otoni-MG, filho(a) de ARNALDO VIANA ROCHA SUBRINHO e ALCINA BARBOSA NETA VIANA;

013322 - JANILTON PEREIRA DE SOUZA, divorciado, maior, topógrafo, nascido aos 27/11/1992, no Hospital Santa Rosália, natural de Teófilo Otoni-MG, residente na BR 116, Km 292, Lajinha, Zona Rural, Teófilo Otoni-MG, filho(a) de NILO MIRANDA DE SOUZA e NADIR PEREIRA DOS SANTOS; e DALILA PENÊDO GUSMÃO, solteira, maior, técnica em enfermagem, nascida aos 16/11/1992, no Hospital Santa Rosália, natural de Teófilo Otoni-MG, residente na Rua Quarenta e Três, 161, Bairro São Cristóvão, Teófilo Otoni-MG, filho(a) de ADILSON CARVALHO GUSMÃO e MARIA APARECIDA PENÊDO GUSMÃO;

013323 - FLAYRK GOMES DIAS, solteiro, maior, policial militar, nascido aos 02/01/1989, no Hospital São Miguel, natural de Jequitinhonha-MG, residente na Rua Padre Virgulino, 789, Apto. 203, Centro, Teófilo Otoni-MG, filho(a) de SERGIO DIAS DA SILVA e RILMA GOMES RIBEIRO DIAS; e MAIARA PEREIRA TELES, solteira, maior, bancária, nascida aos 14/11/1994, no Hospital São Miguel, natural de Jequitinhonha-MG, residente na Rua Padre Virgulino, 789, Apto. 203, Centro, Teófilo Otoni-MG, filho(a) de VALDENOR TELES SILVA e ÉDINA MARIA PEREIRA DE ANDRADE;

Teófilo Otoni-MG 25/03/2022
Maria Nildéia de Almeida Borges
Oficiala de Registro Civil
Proc. 13319 a 13323

**SINDICATO DOS
PRODUTORES
RURAIS DE TEÓFILO OTONI**

Diretoria Renovação
FAEMG - SENAR - INAES

Reynaldo Neves
Advogados Associados

Reynaldo do Carmo Neves OAB/MG 61.093
Maria Beatriz C. Cicci Neves OAB/MG 49.428

Paula Barreiros OAB/MG 91.601
Julia Cicci Neves OAB/MG 211.320.

Telefax: (33) 3536-3636
reynaldoneves.adv@uol.com.br

Rua Epaminondas Otoni, 958 - Sl. 207
Centro - Teófilo Otoni - MG
CEP: 39.800-013

LACERDA & KOURY
ADVOCACIA E ASSESSORIA JURÍDICA

Luisa Alves Lacerda
ADVOCADA - OAB/MG 142.268
033 8817-892 - 033 9501-5083

Larissa Tolentino Mendes Koury Páez
ADVOCADA - OAB/MG 144.438
033 8802-5502 - 033 3140-7134

laczertakoury@gmail.com
Rua Anacleto de Souza, 85, Sala 215,
Marquês - Teófilo Otoni - MG,
Jardim da Otoni - em frente ao Hospital
(33) 3522-3671

Joacy Antônio Ribeiro
Advogado - OAB/MG 08.162

Call: (33) 8811-9849 / 8811-7889
TEL: (33) 3521-3887
Escritório: R. Waldemar Brandt, 26 - Centro - ZIP: 39800-013

AMUC

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS
DA MICRORREGIÃO DO VALE DO MUCURI

AV. ALFREDO SÁ, 1769
TEÓFILO OTONI - MINAS GERAIS

Transporte Legal

É mais seguro e constante, além de render recursos para o município. Gera mais benefícios sociais para você.

VALE DO MUCURY

Expediente

Um jornal Diário a serviço do nordeste de Minas - Fundado em 05 de agosto de 1969

Diretor Responsável: Wilmar Souza e Silva

Representante em Belo Horizonte:
André Francisco Oliveira Silva (98851-0805)Contábil:
Vitaly Almeida & Contadores Associados Ltda
vitalyalmeida@gmail.comDr. Jeferson Botelho Pereira; Paulo Sérgio Almeida
Santos; Márcio Barbosa dos Reis.Redação e Composição:
Rua Victor Renault, 737 - Fundos - Laerte Laender
39.803-151 • Teófilo Otoni • MG
Tribuna do Mucuri Ltda.
CNPJ: 17.709.734/0001-47 • (33) 98851-0806Jurídico:
Dr. Marcos Ganem
Advogados Associados
m.ganem@uol.com.brColaboradores:
Alfredo Ferreira Filho; Dr. Hélio Pedro Soares;
José de Paiva Neto; Juliana Lemes da Cruz;Impressão:
Gráfica Três Vales • Rua Marcelo Guedes, 154
Cidade Alta • Fone: (33) 3522-3070
www.graficamodelo.com.br



O Prefeito Reled Maikel e o secretário de Agricultura Valdênio acompanhando os trabalhos



O Engenheiro Civil Francisco Solimar, da empresa Impermeabilizar, de Belo Horizonte



O prefeito de Ladainha, Reled Maikel afirmou que vai trazer de volta uma represa segura para a cidade



Prefeitura de Ladainha inicia reparos na represa, da antiga Usina Wenefredo Portela

"A recuperação da represa não é uma tarefa fácil, nem barata, mas é essencial a todos", disse o prefeito Reled Maikel

A represa da antiga Usina Hidrelétrica Wenefredo Portela, além de ser um lindo cartão postal de Ladainha, é também parte integrante da história patrimonial e cultural da cidade. Essa represa que atrai turistas, ajuda o município a ser esse exemplo de natureza viva. A gestão do prefeito Reled Maikel está trabalhando com todas as forças. Realizar a recuperação da represa não é uma tarefa fácil, nem barata, mas é essencial a todos. Os impactos do descaso de anos, pode afetar a todos. "Com uma gestão de

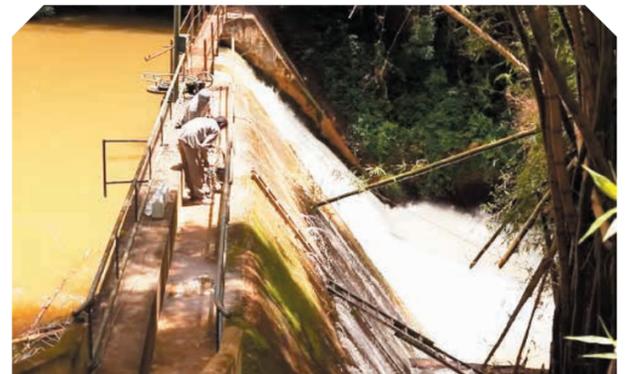
qualidade, eficiência, e que preza pelo bem estar coletivo, estamos mergulhados nessa tarefa, que trará maior segurança a todos. Reforçamos que não é um trabalho simples, mas com união, o trabalho e a competência, iremos trazer de volta uma represa segura", disse o prefeito de Ladainha, Reled Maikel. O Engenheiro Civil Francisco Solimar, da empresa Impermeabilizar, de Belo Horizonte, especialista em recuperação e reforço estrutural, em estrutura de concreto armado, esteve na cidade de Ladainha, no dia 12 de março, pra fazer um trabalho

de recuperação na represa que se encontra com algumas situações de patologia que necessitam urgentemente de tomadas de decisão. O Francisco Solimar disse que sua função ali é tentar estancar os fluxos de água existentes no maciço da barragem de concreto armado, porque se a estrutura fica com fluxo de água permanente como está, a degradação do concreto do aço que vai oxidar, pode levar a uma situação de patologia mais grave, e até mesmo, com o passar dos anos pode entrar em colapso. O prefeito Reled Maikel informa que está fazendo um

trabalho sério pra restaurar todos os problemas existentes na represa. "Estamos começando hoje. Contratamos uma empresa pra que esse serviço seja muito bem feito. Tem várias pessoas que dependem dessa usina, que dependem desse cartão postal maravilhoso que é nossa represa aqui de Ladainha", disse Reled, afirmando que esse é mais um compromisso da sua administração, restaurar e preservar os pontos turísticos da cidade, e a usina é muito importante para Ladainha. "Estamos fazendo um trabalho de responsabili-

de. Um trabalho que já poderia ter sido feito há vários anos, mas nós atentamos pra esse problema e estamos procurando resolver, e resolver definitivamente. E usar a nossa represa que é o nosso cartão postal. A Usina é maravilhosa", frisou o prefeito. O engenheiro ressalta, que essa é a primeira etapa de algumas sequências de empresas especializadas em recuperação e projetos para barragens, e a sua intenção é fazer o estancamento dos fluxos de água, e posteriormente, terão outras empresas especializadas que continuarão o serviço para solução

definitiva, e confirmar a estabilidade da barragem. "É um compromisso de Reled, é um compromisso da Câmara Municipal, é um compromisso dos secretários, e dos servidores desse município, trabalhar muito nessa nossa gestão para melhorar, diminuir as desigualdades. E aqui é mais um problema, que com certeza, iremos resolver em breve possível para que também as famílias possam retornar para suas casas". Reled agradece a todos pela compreensão e apoio. "E conte sempre conosco, porque estamos juntos, e juntos somos sempre mais fortes".



Os trabalhos de recuperação da represa da antiga Usina Hidrelétrica Wenefredo Portela já iniciaram